DOI: 10.5418/RA2015.1116.0012

FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL: PRÁTICAS ESPACIAIS DO CONSUMO SEGMENTADO EM RIBEIRÃO PRETO E PRESIDENTE PRUDENTE[1]

SOCIO-SPATIAL FRAGMENTATION: SPATIAL PRACTICES OF SEGMENTED CONSUMPTION IN RIBEIRÃO PRETO AND PRESIDENTE PRUDENTE

LA FRAGMENTACIÓN SOCIOESPACIAL: LAS PRÁCTICAS ESPACIALES DEL CONSUMO SEGMENTADO EN RIBEIRÃO PRETO Y PRESIDENTE PRUDENTE

Clayton Ferreira Dal Pozzo

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Presidente Prudente.
Rua Roberto Simonsen, 305. CEP: 19060-900. Presidente Prudente - SP. Brasil.
E.mail: cltdp@yahoo.com.br

RESUMO

Associadas aos processos de diferenciação e, sobretudo, de segregação socioespacial, dinâmicas de fragmentação socioespacial não são mais exclusivas aos espaços urbanos de padrões metropolitanos e, deste modo, também tendem a se expressar no contexto das cidades médias na medida em que, acompanhando a diversificação dos conteúdos do anel periférico (no contexto da proliferação de distintos *habitat* urbanos e de novas áreas centrais), as distâncias socioespaciais entre os citadinos tendem a se expressar não apenas considerando a dimensão habitacional, mas também, estendendo-se ao plano do consumo segmentado do espaço urbano. Análises mais pormenorizadas desses processos (tomando-se, como ponto de partida, as práticas espaciais dos moradores de distintos *habitat* urbanos) são realizadas considerando duas cidades médias paulistas: Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

Palavras-chave: Produção do espaço; Fragmentação socioespacial; Práticas espaciais; Ribeirão Preto; Presidente Prudente.

ABSTRACT

Accompanying the diversification of the contents of the urban periphery (involving the proliferation of different *habitat* and new central areas), dynamics of socio-spatial fragmentation are not more exclusive of the metropolitan cities because these also

[1] O desenvolvimento deste artigo contou com o apoio das agências de fomento FAPESP e CAPES e se articula ao Projeto Temático financiado pela FAPESP intitulado "Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: Cidades médias e consumo", em desenvolvimento pelos pesquisadores vinculados ao GAsPERR (Grupo de Pesquisa "Produção do Espaço e Redefinições Regionais").

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

tend to involve middle-size cities. This way, besides the *habitat* dimension, the socio-spatial distances among the residents also extend to the plan of the spatial practices of segmented consumption of the city. Analyses of those processes are accomplished in Ribeirão Preto and Presidente Prudente - Brazil.

Keywords: Production of space; Socio-spatial fragmentation; Spatial practices; Ribeirão Preto; Presidente Prudente.

RESUMEN

Acompañando la diversificación de los contenidos de la periferia urbana (involucrando la proliferación de *habitat* diferentesy áreas centrales nuevas), dinámicas de la fragmentación socioespacial no son más exclusivas de las metrópolis porque éstes también se pusieron presentes em las ciudades medias. Más allá del dimensión de *habitat*, las distancias socioespaciales entre los residentes también se extienden al plan de las prácticas espaciales del consumo segmentado de la ciudad. Los análisis más amplios de esos procesos se extienden en Ribeirão Preto y Presidente Prudente - Brasil.

Palabras clave: La producción del espacio; Fragmentación socioespacial; Las prácticas espaciales; Ribeirão Preto; Presidente Prudente.

INTRODUÇÃO

Entre o início do século XX até meados da década de 1970, a estruturação das cidades médias e de padrões metropolitanos paulistas baseou-se, preponderantemente, na diferenciação socioespacial do tipo "centro x periferia" e na segregação imposta, que contribuiu para reforçar a tendência de ocupação do anel periférico pelos mais pobres. Com a implantação e ocupação dos espaços autossegregados[2]e de áreas de concentração comercial e de serviços no anel periférico, evidenciaram-se as primeiras dinâmicas envolvendo o processo de reestruturação das cidades.

A primeira se relaciona com as expansões territoriais que tenderam a diversificar os conteúdos do anel periférico, além de promover rupturas mais significativas com a continuidade territorial.No contexto de novas expressões de multi e policentralidades urbanas, uma segunda dinâmica vincula-se à realização de novas práticas espaciais voltadas ao consumo segmentado do espaço urbano.

O afastamento socioespacial entre os distintos segmentos sociais passou a se consolidar não apenas considerando a dimensão residencial, mas também, tendeu a se estender de modo a abarcar o consumo do espaço urbano e que, baseando-se nas considerações de Gomes (1991, p. 115), traduz-se como o consumo do espaço-mercadoria que se diferenciapelo montante do valor investido em determinada porção do espaço, à qual tende a serdirecionado a um determinado público alvo.

Tais dinâmicas explicitam características da fragmentação socioespacial que perspectivam rebatimentosrelativos à manutenção das iniquidades socioespaciais e desvalorização da cidade como unidade territorial. Ademais, a fragmentação socioespacial não é mais um processo exclusivo às cidades de padrões metropolitanos, pois, sobretudoapós2000, também passaram a se processar, com características próprias, em cidades médias.

Nesse sentido, este artigo visa contribuir para a análise desse processo pela perspectiva territorial das práticas espaciais de moradores de distintos *habitat*

[2] Em Dal Pozzo (2011, p. 64-65, 128-134), propomos e adotamos o termo genérico "espaços residenciais fechados", para designar tanto os "loteamentos fechados" - regidos pela Lei Federal 6.766/79 com alterações previstas em Lei Federal 9.784/99, entretanto, com fechamentos perimetrais sem respaldo em leis federais – quanto os "condomínios horizontais" - regidos pela Lei Federal 4.591/64 – que, do ponto de vista legal (e da ilegalidade intrínseca à figura dos loteamentos fechados, no nível das leis federais), são distintos. Ao adotar a expressão "espaços autossegregados" não há nenhuma contradição ou mudança profunda em relação à nomenclatura genérica anterior. Apenas queremos ressaltar a premente necessidade de religar as formas espaciais aos seus respectivos processos socioespaciais, tendo em vista, favorecer análises comparativas envolvendo tal articulação.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

urbanos: Espaços integrados[3], espaços segregados[4] e espaços autossegregados. Para tanto, tomou-se como recorte empírico, as cidades médias paulistas de Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

As práticas espaciais de determinada parcela dos sujeitos que habitam espaços integrados e, sobretudo, daqueles que habitam espaços segregados e autossegregados têm contribuído para fomentar níveis mais acentuados de segmentações no plano de novas e pretéritas expressões de centralidade urbana e que, em grande medida, projetam-se em detrimento da diversidade socioespacial e, maisespecificamente, em concorrência e/ou substituição do consumo no Centro principal.Nesse sentido, reforça-se a tendência de perda de prestígio social dessa área central, ao mesmo tempo em que se amplia o prestígio de determinadas expressões de multicentralidades e policentralidades.

Nas primeiras três partes do artigo do artigo, apresentam-se aspectos relativos às dinâmicas de produção e consumo do espaço urbano a partir dos processos de segregação e fragmentação socioespaciale que se articulam ao plano do *habitus* territorial e das práticas espaciais do consumo segmentado da cidade. A articulação entre processos socioespaciais e práticas espaciaisforam imprescindíveis na avaliação das iniquidades socioespaciaispor consequência da produção de territórios urbanos caracterizados por um maior nível de segmentação socioeconômica.

Por meio da realização de entrevistas, registrou-se um conjunto de depoimentos, representativo da trajetória de vida, da experiência de moradia em *habitat* urbanos distintos, da motivação para se residir ou para se mudar do *habitat* urbano atual e da realização de práticas espaciais que remetam às dinâmicas de uso e consumo segmentado da cidade.

Baseando-se no levantamento e análise dessas informações, apresenta-se a quartaparte, tratando-se de uma análise das práticas espaciais, sobretudo, aquelas relativas ao consumo de bens e de serviços, incluso, o lazer, dos moradores de distintos *habitat* urbanos selecionados. Com o auxílio dos mapas-síntese das práticas espaciais dos moradores entrevistados, são apresentados as atuais tendências e tipos de fragmentação socioespacial existentes em

[3] Entre outras formas urbanas presentes na "cidade aberta" trata-se do tipo de habitat urbano mais tradicional que se fundamenta pela continuidade territorial à cidade e, portanto, caracteriza-se pela integração à malha viária desta. Espaços integrados, portanto, estão diretamente vinculados às dinâmicas e processos de diferenciação socioespacial e podem contemplar certa homogeneidade socioeconômica, em termos de padrão construtivo de habitações e de famílias pertencentes a um determinado segmento social, permitindo, portanto, distinguir os espaços integrados entre si.

[4] Os espaços segregados caracterizam-se a partir dos processos de segregação imposta, nos termos estabelecidos por Corrêa (2005) e, portanto, designam dinâmicas de produção de espaços residenciais abertos (legais ou ilegais) com condições insatisfatórias de infraestrutura urbana e de equipamentos de uso coletivo e em descontinuidade territorial com o conjunto do espaço urbano consolidado. Além disso, voltam-se ao atendimento de demandas de moradia (em geral, caracterizadas por um padrão construtivo popular e/ou precário), sobretudo, dos segmentos de mais baixo poder aquisitivo (RODRIGUES, 2007, p. 74-77). Somam-se às características desse tipo de habitat urbano, processos de discriminação e de estigmatização socioespacial.

Ribeirão Preto e Presidente Prudente, além de algumas tendências de segmentação do consumo nestas duas cidades médias paulistas.

Nas considerações finais, objetivou-se estimular o debate entorno do enfrentamento da fragmentação socioespacial frente as mais atuais mudanças de produção e consumo do espaço urbano contemporâneo e, em especial, no que tange às cidades médias paulistas.

ASPECTOS PRELIMINARES DA FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

Em geral, a tensa relação entre territórios urbanostem sido sintetizada pela noção de fragmentação socioespacial pelo fato desta contemplar e ultrapassar o escopo das dinâmicas, analisadas nos estudos realizados entre as décadas de 1970 e 1980, que se apoiaram no conceito de segregação socioespacial os quais, segundo Castells (1978, p. 203-218) tenderam a envolver análises comparativas, a partir dos processos de distribuição e concentração residencial de um determinado segmento social, e suas respectivas desigualdades em termos de presença/ausência de equipamentos de uso coletivo e de infraestrutura urbana (que servem ou, potencialmente, podem servir a esse determinado segmento), com relação ao espaço urbano como um todo.

Contudo, deve-se asseverar que a fragmentação socioespacial não se trata de um processo que supera ou substitui a diferenciação e/ou a segregação socioespacial, mas, por outro lado, contribui - por meio do afastamento socioespacial entre as diferenças, no que tange às práticas de habitar e consumir a cidade - para modificar seus respectivos conteúdos, desvalorizando a diferenciação e sobrevalorizando a segregação socioespacial, sobretudo, em sua segunda forma de desdobramento, que é a autossegregação, nos termos estabelecidos por Corrêa (2005, p. 65).

Nesse sentido, a fragmentação socioespacial é a expressão territorial de novas dinâmicas que envolvem, sobretudo, o processo de segregação socioespacial articulado às novas práticas espaciais reveladoras da segmentação do consumo do espaço urbano.

Tal articulação, ao esboçar a constituição de territórios urbanos que se distinguem, do ponto de vista do conteúdo socioeconômico predominante e de mecanismos de controle socioespacial próprios, expressa as características do processo de fragmentação socioespacial.

Com base nesses aspectos, a fragmentação socioespacial, embora possa perspectivar-se como tendência para o tempo de média duração, é um processo construído e vivenciado cotidianamente pelos citadinos e agentes de produção do espaço urbano. Há, portanto, uma sobreposição e combinação de escalas envolvendo práticas espaciais e processos socioespaciais mais amplos.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Além disso, essas escalas não estão ligadas apenas a uma intencionalidade ou lógica geral de reprodução do capital (envolvendo o capital imobiliário, proprietários do setor terciário, especuladores imobiliários e os próprios citadinos em suas práticas espaciais de habitar e consumir a cidade, etc.), mas, também contemplam certo grau de acaso, indeterminação e possibilidades o que, em grande medida, contribui para que a fragmentação socioespacial possa assumir particularidades e singularidades em cada espaço urbano.

Salgueiro (2001, p. 116), ao analisar a fragmentação socioespacial nas cidades atuais, sobretudo, considerando as cidades de padrões metropolitanos, destaca o aparecimento de um conjunto de novas formas e processos que contribuíram para expressar suas dinâmicas, quais sejam:O "território policêntrico", a partir da consolidação de novas áreas centrais em detrimento da hegemonia do centro tradicional;As "áreas mistas" representativas de determinadas porções do espaço urbano ou, ainda, de megacomplexos imobiliários que combinam, em contiguidade, espaços residenciais e áreas centrais; os "enclaves", nos casos de implantação de espaços autossegregados em contiguidade a espaços residenciais mais pobres;A "dessolidarização com o entorno", que substitui uma lógica zonal de apropriação espacial por consequência do estabelecimento de redes socioespaciais que integram, de modo estratégico e, segundo interesses individuais, determinadas porções do espaço urbano e, por fim;"Valores de distinção social", que fomentam a expressão de territórios urbanos por meio da segmentação do consumo do espaço.Confrontando os estudos de Salgueiro (2001) aos resultados de pesquisas empíricas em cidades médias paulistas, Sposito e Góes (2013, p. 299) ressaltam que:

> (...) novos elementos se combinam para o reconhecimento da fragmentação, como a existência de uma policentralidade e a conformação de territórios descontínuos, gerando morfologias menos integradas territorialmente. Além disso, as relações entre proximidade e contiguidade foram alteradas, uma vez que o uso do transporte automotivo e a ampliação das possibilidades de comunicação redefinem as interações espaciais entre diferentes áreas residenciais, entre estas e as áreas de trabalho, consumo e lazer. O resultado dessas transformações é a geração de uma geometria espacial de fluxos mais complexa e menos apoiada nos espaços de inserção imediata de diferentes sujeitos sociais nas cidades.

Aproximando-se das proposições de Janoschka e Glasze (2003, p. 16-17) e de Souza (2008, p. 55-58), a fragmentação socioespacial pode se realizar, portanto, no plano da segmentação do consumo do *habitat* urbano articulado ao plano da segmentação do consumo do espaço urbano, a partir dos quais, o processo de diminuição de contatos entre grupos que se distinguem no que tange ao padrão socioeconômico e estilo de vida, pode ser expresso em termos de territórios urbanos.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Para se avaliar o grau de interação espacial e a qualidade dos contatos/interações sociais que se realizam no plano dessas segmentações para a expressão de territórios urbanos, tornam-se prementes as análises das práticas espaciais que levem em consideração as relações sociais entre distintos segmentos, desenvolvidas a partir de seus itinerários, escolhas/estratégias locacionais, níveis diferenciados de mobilidade e acessibilidade e poder de consumo no/doespaço.

Nesse sentido, as práticas espaciais podem designar os usos, possibilidades e limites à apropriação do espaço urbano (LOBODA, 2008, p. 67). Além disso, tais práticas espaciais nunca são neutras e, portanto, tendem a exprimir interesses e assumir particularidades e especificidades de acordo com cada segmento social (HARVEY, 2003, p. 202-216).No tocante aos limites à apropriação, ressaltam-se as inúmeras coações (repetições, normas, produção e controle dos comportamentos) que submetem o uso à lógica do consumo do espaço (CARLOS, 2007b, p. 97) e que se vinculam às possibilidades de distinção social (CARLOS, 1997, p. 205-208).

Considerando esses aspectos, os espaços autossegregados, pela forma de organização, tornam-se locais expressivos para se avaliar tendências de fragmentação socioespacial, pois, além das rupturas que promovem em relação à continuidade territorial do espaço urbano, o uso e o consumo desses *habitat* urbanos podem, potencialmente, promover mudanças no processo de representação subjetiva dos sujeitos que se autossegregam, muitos dos quais, não conceberiam mais a cidade como unidade territorial (SOBARZO e SPOSITO, 2003, p. 41).

Por outro lado, uma parcela dos espaços integrados, em especial, aqueles voltados a atender demandas de moradia dos segmentos de médio a alto poder aquisitivo, tende a guardar determinadas semelhanças com os espaços autossegregados e também podem contribuir, em certos aspectos, com o processo de fragmentação socioespacial na medida em que se eleva o grau de isolamento dos segmentos que os habitam, em detrimento do uso e consumo do espaço urbano em sua diversidade, a partir da desvalorização dos espaços públicos (CAPRÓN, 2006, p. 206-209) e do constante incremento de sistemas de segurança, que desestimulam os contatos ocasionais.

No entanto, são nos processos de oposição (tensionamentos) e de afastamento socioespacial entre os sujeitos que habitam os espaços autossegregados e os espaços segregados (incluso, as segmentações das práticas espaciais no plano dos usos e consumo do espaço urbano) que mais se reúnem elementos para expressar dinâmicas de fragmentação socioespacial.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Considerando a perspectiva do uso e, sobretudo, do consumo do espaço urbano, torna-se fundamental confrontar e avaliar os aspectos qualitativos dos encontros/contatos e os pontos de ruptura (incluso, os efeitos e implicações dos mecanismos de controle socioespacial), a partir da análise comparativa das práticas espaciais dos sujeitos que moram, sobretudo, em espaços autossegregados e segregados, além dos tensionamentos que resultam dessas práticas.

Ainda que o processo de fragmentação socioespacial expresse-se com mais intensidade em espaços urbanos brasileiros de padrões metropolitanos, nas cidades médias esse processo tende a se realizar com menor intensidade, porém, a partir de especificidades próprias (SCHMIDT, 2003; BORSDORF e DATTWYLER, 2004, p. 33; DAL POZZO e SPOSITO, 2009, p. 14).

A partir de observações de campo durante a realização da pesquisa, articuladas às análises de Raffestein (1993), Salgueiro (2001), Haesbaert (2010), Dal Pozzo (2011) e Sposito e Góes (2013), propõe-se considerar, em cidades médias (e no plano das formas urbanas), a hipótese de dois padrões básicos de fragmentação socioespacial: fragmentação por área e fragmentação em rede.

Em Ribeirão Preto, pela grande concentração de espaços autossegregados no setor sul e uma predominante distribuição das práticas espaciais dos moradores desses espaços, voltadas ao consumo de bens e de serviços neste mesmo setor, contribui para que se expresse uma tendência de fragmentação socioespacial em rede. Já pela policentralidade gerada a partir da inauguração do Shopping Iguatemi, de prédios de escritórios e de um colégio particular no setor sul e em contiguidade com uma série de espaços autossegregadosaos moldes de um megacomplexo imobiliário, há uma tendência de que se estabeleça, nesse setor, uma fragmentação socioespacial por área.

Em Presidente Prudente, a tendência de concentração de espaços autossegregados no setor sul e porção noroeste combinam-se com uma distribuição das práticas espaciais de modo a abranger uma extensa área do setor sul e de modo a concorrer, expressivamente, com aquelas realizadas no Centro principal. Tais aspectos contribuem para que se estabeleça uma fragmentação socioespacial, tão somente, em rede.No setor sul, estas práticas espaciais realizam-se de modo predominante, ao longo de quatro avenidas principais que dão acesso ao Centro (Avenidas Washington Luiz, Manoel Goulart, Coronel José Soares Marcondes e Brasil), e daquelas que circundam o Parque do Povo (Avenidas, 14 de Setembro e 11 de Maio).

Em relação às práticas dos sujeitos autossegregados, esta fragmentação em rede se expressapor meio de um elevado nível de acessibilidade aos equipamentos comerciais e

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

de serviços distribuídos ao longo dessas Avenidas (e que se contribuiu para gerar, nelas, multicentralidades), bem como ao Prudenshopping e hipermercados (policentralidades)[5] também distribuídos no setor sul.

Mais especificamente no que se refere às multi e policentralidades, a multicentralidade está mais articulada às concentrações de atividades comerciais e de serviços (galerias comerciais, subcentros e eixos comerciais e de serviços, em geral, especializados) que se constituíram de modo paulatino e gradual nas fases de grande expansão do espaço urbano e como indicativo de uma perda relativa da importância do centro tradicional pela superação das estruturas monocêntricas das cidades.

FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL: AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO CONSUMO SEGMENTADO

Tem havido um conjunto de mudanças no contexto das cidades médias e metropolitanas, que se processaram ao longo das últimas décadas. Parte dessas mudanças vincula-se à criação de demandas e à oferta de novos produtos imobiliários, como a difusão de grandes equipamentos comerciais e de serviços que contribuem para caracterizar o conteúdo de algumas das novas áreas centrais, e a implantação e efetiva ocupação de novos *habitat* urbanos, os quais tendem a se constituir como espaços segregados e espaços autossegregados localizados, sobretudo, no anel periférico das cidades. Tais *habitat* urbanos tendem a se estabelecer em contiguidades e em descontinuidades territoriais com o conjunto da cidade, o quereforça a perspectiva de separação entre formas espaciais.

Além disso, orientado por lógicas econômicas que beneficiam determinados grupos, tais formas são cada vez mais permeadas por iniciativas de monitoramento e restrições envolvendo, portanto, a adoção e o efetivo uso de mecanismos de controle socioespacial.

Essas dinâmicas têm contribuído para que se ampliem o ensejo e a efetiva realização de novas práticas espaciais, pelas quais se revelam a primazia do consumo, em detrimento

[5] As expressões de uma multicentralidade revelam, em geral, a atração de apenas uma parcela da cidade e estão menos condicionadas a privilegiar determinados extratos sociais com poder de consumo específicos. Com base nesse conjunto de características, também indicam um menor grau de competitividade em relação ao centro principal. Embora possa haver similitudes com a multicentralidade, expressões de uma policentralidade tendem a se distinguir, com mais intensidade, tanto do ponto de vista de uma maior diversificação dos bens e serviços oferecidos, quanto de um maior nível de segmentação socioeconômica dos citadinos e, portanto, de acordo com distintos padrões de consumo (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 299). Além disso, a policentralidade se expressa a partir de grandes superfícies comerciais e de serviços (shopping centers, hipermercados, centro especializado de negócios, de serviços e de eventos em geral, etc.), em geral, implantadas e inauguradas dentro do tempo de curta duração e que exercem atração, não apenas considerando o conjunto da cidade (o que, em grande medida, revela um maior grau de competitividade com o centro principal e uma perda mais acentuada de seu prestígio), mas também, envolvendo a escala interurbana (SPOSITO, 2013, p. 75-76). Com base nessas diferenças, há mais elementos que se combinam com os processos de fragmentação socioespacial através das expressões de policentralidades (entre outros aspectos, pelo maior nível de segmentação socioeconômica que é reforçada pelo uso preponderante do transporte automotivo individual), do que aquelas representativas de multicentralidades, formadas por um conjunto de iniciativas individuais de médios e pequenos empreendedores, e por um maior nível de integração com os processos de produção do espaço urbano, no tempo de média duração (SPOSITO, 2013, p. 75-76).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

da apropriação da cidade em sua diversidade.Trata-se da relação entre formas (áreas de moradia e áreas comerciais e de serviços) e práticas espaciais (sobretudo, aquelas voltadas ao consumo de bens e de serviços, incluso, o lazer) que, sob a égide dos mecanismos de controle socioespacial, contribuem para delinear e tensionar distintos territórios urbanos.

Nas cidades médias e metropolitanas do Estado de São Paulo, além da expressiva expansão territorial – em geral, num ritmo muito superior ao próprio crescimento populacional – e o estabelecimento de rupturas com a continuidade territorial, que se consubstanciaram num tipo mais complexo de segregação socioespacial (SPOSITO, 2004; REIS, 2006), o processo de reestruturação das cidades também tem sido acompanhado por novas lógicas locacionais, segundo os interesses de valorização imobiliária dos agentes de produção do espaço urbano (CORRÊA, 2005), por novas escolhas de percursos urbanos (PEREIRA, 2006) e pela tendência de que os espaços públicos consubstanciem-se como espaços nos quais se valorizam, preponderantemente, a circulação.Estes processostêm sido representativos da segmentação do consumo do *habitat* urbano, acompanhado da segmentação do consumo do espaço urbano (DAL POZZO, 2008; 2011).

Este consumo por parte de determinados segmentos, ainda que comporte sinais menos óbvios de distinção social por consequência da acentuação do consumo de massa, como alerta Caldeira (2000, p. 325), também contribui para demarcar os seus respectivos territórios, distinguindo-os dos demais que compõem o conjunto da cidade (BAUDRILLARD, 2009, p. 66-67) o que, em grande medida, reflete os limites de sua plena apropriação.

Mais especificamente, trata-se de dinâmicas que expressam a constituição de novos territórios urbanos permeados por mecanismos de controle socioespacial, representativos da segmentação do consumo do espaço e circunscritos em contextos de exacerbação de individualismos (SECCHI, 2007, p. 115-119) e de indiferença, quanto às iniquidades socioespaciais da cidade (BAUDRILLARD, 2009, p. 24-27).Como um dos desdobramentos dessas segmentações, o controle socioespacial que se realiza nos espaços de circulação de *shopping centers* (SARLO, 2009) e dos espaços autossegregados (GÓES, 2009), tende a gerar *"fronteiras mais rígidas e policiadas e, consequentemente, menos indeterminação e menos espaços para contato entre pessoas de grupos diferentes. Essas experiências produzem medo e intolerância, mais do que expectativa e excitação"* (CALDEIRA, 2000, p. 325).

Com base nas argumentações de Prévôt-Schapira e Pineda (2008), a fragmentação socioespacial que se processa nos interstícios de um espaço urbano polarizado tem comparecido como um importante elemento de defesa dos interesses de determinados grupos, em detrimento da diversidade e de uma apropriação coletiva da cidade e, nesse sentido:

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> En una situación de mayor fragilidad social y de heterogeneización de las trayectorias sociales y residenciales, tanto los individuos como los grupos intermedios se piensan en términos antagónicos de competencia entre unos y otros para conservar su estatus social. La fragmentación se establece, así, como el principal modo de gestión de la diferencia en una sociedad en curso de atomización (PRÉVÔT-SCHAPIRA e PINEDA, 2008, p. 89).

Baseado em princípios de "indiferença" e "distinção social"(CATALÃO, 2013, p. 91), o processo de fragmentação socioespacialse expressapela combinação entre um tipo mais complexo de segregação e novas expressões de centralidade, ambos, cada vez mais fomentadospor novas práticas espaciais representativas da segmentação do consumo do espaço urbano.Em que pese os mecanismos de controle socioespacial, os sistemas de segurança na cidade *"oferecem condições para que a separação possa se aprofundar"*, até mesmo nos contextos de compartilhamento espacial entre segmentos sociais com distintos níveis de *"poder aquisitivo e com diferentes interesses de consumo"* (SPOSITO, 2011, p. 141).

No entanto, esse quadro de relativa integração ainda se mantém de modo desproporcional considerando o maior potencial de consumo e de mobilidade dos mais ricos em relação aos mais pobres (SPOSITO, GÓES e SOBARZO, 2006).Além disso, uma parcela dos mais pobres não está mais tão refém do consumo que se realiza apenas nas proximidades mais imediatas ao local de moradia e, nesse sentido, as ampliações do uso da Internet e de novos deslocamentos realizados pelo acesso ao automóvel particular impõem-se como uma nova estratégia em termos da busca (de produtos e serviços) pelo menor preço.Por outro lado, o aumento da mobilidade não tem sido traduzido na ampliação e generalização do acesso a determinados equipamentos (como, por exemplo, clubes e estabelecimentos de ensino privados) e novas áreas centrais, predominantemente voltados a atender demandas de consumo dos segmentos de mais alto poder aquisitivo.

No que se refere ao *habitus* territorial e às práticas espaciais sob a ótica de distintos interesses dos moradores de espaços segregados e de espaços autossegregados, a combinação dessas novas tendências tem contribuído para acentuar dinâmicas de segmentação do consumo do espaço urbano. Com base nisto, a articulação entre segregação e fragmentação socioespacial revela que o afastamento socioespacial não se promove (e as segmentações socioespaciais não se limitam) tão somente aos *habitat* urbanos e, nesse sentido, também tendem a envolver a perspectiva do consumo da cidade.

Tal articulação interferena redefinição do conteúdo de novas expressões de centralidade, tendendo a transformá-las em "centralidade segmentada social e funcionalmente" (SPOSITO, 2011, p. 138).Mesmo nos casos em que há coincidência territorial, ou seja, o compartilhamento espacial de uma mesma porção do espaço urbano

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

por distintos segmentos socioeconômicos (SPOSITO, 2011, p. 140), os contatos, em geral, tendem a ser breves e, portanto, não promovem mudanças significativas, em termos de compartilhamento de experiências e significados (BAUMAN, 2001, p. 114). Tais contatos, em detrimento da apreensão e apropriação plena da diversidade do espaço, tendem a estar inseridos em lógicas econômicas voltadas à reprodução capitalista do espaço.

Tomando-se, como referência, Dal Pozzo (2008; 2011) e Sposito e Góes (2013, p. 305), essas novas lógicas de consumo do espaço urbano se relacionamcom a tendência de perda do prestígio social do centro principal, por consequência do fomento às novas expressões de centralidade, sobretudo, aquelas baseadas no consumo do *shopping center*, hipermercados e outros grandes equipamentos comerciais e de serviços (policentralidade), além de áreas centrais que se desenvolvem em eixo, ao longo de determinadas vias(multicentralidade).

Articulando-se às análises das formas urbanas (resultantes dos processos de diferenciação e de segregação socioespacial) e das novas expressões de centralidade urbana, esses argumentos apontam para a necessidade de se avaliar os reais impactos de novos *habitus* territoriais e práticas espaciais para expressar, em termos de tensos territórios segmentados, as características da fragmentação socioespacial no espaço urbano contemporâneo e, de modo mais específico, nas cidades médias de Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

ARTICULAÇÃO ENTRE HABITUS TERRITORIAL E PRÁTICAS ESPACIAIS PARA A EXPRESSÃO DE DISTINTOS TERRITÓRIOS URBANOS

Os megacomplexos imobiliários ao reunirespaços autossegregados, *shopping centers*, prédios de escritórios, estabelecimentos de ensino básico e superior privados, sistemas de lazer e clínicas médicas, caracterizam-se como uma forma urbana emblemática na qual, a fragmentação socioespacial pode se expressar.Nesse sentido, a referência a esse tipo de empreendimento torna-se importantena medida em que não são mais formas espaciais exclusivas dos espaços urbanos de padrões metropolitanos, pois, tais formas, também começam a ser implantadas em cidades médias e, mais especificamente, em Ribeirão Preto.

Ao analisar estratégias de marketing dos megacomplexos imobiliários, Amendola (2000) destaca a possibilidade de se oferecer, entre outros aspectos, o compartilhamento de determinada "identidade" social ou, ainda, "valores de distinção social", como propôs Salgueiro (2001, p. 116), entre os moradores/consumidores desses megacomplexos.As ideias de identidade e de valores de distinção social aproximam-se do conceito de *habitus*, retrabalhado por Bourdieu (2010, p. 61-83; 2007; 1996), e de *habitus* social proposto por Elias (1994, p. 150-151, 192-193).Na perspectiva de Elias (1994, p. 150-151), o *habitus*,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

no que tange à identidade, retrata a composição social de cada indivíduo e que permite distingui-lo dos demais. No entanto, na medida em que esse *habitus* é compartilhado, incorporado e reproduzido por outros indivíduos, trata-se da dimensão de um determinado *habitus* social com peculiaridades específicas e que permite distingui-lo dos demais *habitus* sociais.Como exemplo dessa perspectiva, Elias (1994) ressalta que não se torna difícil:

> (...) encontrar provas dos problemas pessoais, da demanda de mudanças no *habitus* social, num mundo em que a mobilidade local dos seres humanos é maior do que nunca. Um número crescente de pessoas, em todas as regiões, é apanhado nessa migração, sejam seus objetivos temporários ou permanentes. Mas, mesmo quando emigram apenas temporariamente para outro país, sozinhas ou com suas famílias, elas são claramente identificáveis, não somente pelas pessoas que ali vivem, mas por si mesmas, e não apenas como indivíduos, mas também como membros de determinado grupo. Isso não ocorre apenas pelo fato de seus passaportes assim as rotularem, mas porque seu *habitus* social cria um tipo específico de distância entre elas e os membros do país que as hospeda. Em geral, as pessoas tentam escapar às dificuldades de coexistência resultantes das diferenças no *habitus* social estabelecendo-se perto de membros de seu próprio grupo, isto é, de pessoas com o mesmo *habitus* social (ELIAS, 1994, p. 192).

Considerando as análises realizadas por Landini e Passiani (2007), o *habitus*, na obra de Bourdieu, caracteriza-se pelo sistema de disposições dos agentes, construído a partir de suas inserções sociais em campos específicos (o campo esportivo, o campo religioso, o campo do consumo da cidade etc.). Tal inserção social pressupõe a assunção de posições, intermediadas pelo conjunto de agências, pertencentes a cada campo.Em termos de disputa pelo poder simbólico de cada campo, o *habitus* pressupõe tendências de ação motivadas por preferências e posicionamentos socialmente construídos em contextos específicos. Nesse sentido, a análise de Bourdieu (1996) expõe outros elementos que se vinculam ao sistema de preferências e posicionamentos de distintos sujeitos sociais:

> (...) *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário comee, sobretudo, sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferente sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Como proposição de Elias (1994) e, em complemento às argumentações de Bourdieu (2010), Landini e Passiani (2007) ressaltam que parte das mudanças na perspectiva do *habitus* é perpetrada pela contínua necessidade de distinção social dos segmentos de mais alto poder aquisitivo. Quando essas mudanças deixam de ser exclusivas a um determinado grupo e, portanto, passa a serem incorporados pelos demais segmentos sociais (ou seja, compartilhada por um coletivo mais amplo), o *habitus* transmuta-se em *habitus* social.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Do ponto de vista de determinadas intencionalidades envolvidas no processo e, apoiando-se em perspectivas de análise de Souza (2013, p. 82 et seq), essa transmutação não é necessariamente neutra, pois, há uma tendência de que o poder heterônomo (ou uma assimetria estrutural de poder) subjacente a um determinado *habitus* e práticas espaciais específicas dos grupos dominantes, mais ou menos se configure como poder autônomo (porque mais amplamente aceito), na medida em que há interesses envolvidos em auferir níveis mais elevados de legitimação de tais *habitus* e práticas.

No campo habitacional, os espaços autossegregados (agência) foram, inicial e predominantemente, ocupados pelos segmentos de alto poder aquisitivo (agentes). Mais recentemente, os empreendedores imobiliários (agentes), por vezes estabelecendo parceria com o Estado (agência), contribuíram para a proliferação desse modelo de *habitat* urbano destinando-os, também, aos segmentos de médio e baixo poder aquisitivo (agentes). Como hipótese, há uma tendência de que o *habitus* autossegregativo possam se consubstanciar em um *habitus* social e, portanto, contemplando certo nível de "naturalização" das formas urbanas do tipo autossegregadas (ainda que se diferenciem, segundo uma hierarquia socioeconômica), no contexto dos espaços urbanos contemporâneos.

Com base nesse conjunto de aspectos, o conceito de *habitus* territorialpropostopode ser traduzido pelo sistema de preferências dos citadinos (que se distinguem e se agrupam do ponto de vista de seus *habitat* urbanos e condições socioeconômicas predominantes), no campo do uso e consumo do espaço urbano. Trata-se de um sistema que aciona (e, no plano discursivo, também justifica) as práticas espaciais de consumo segmentado, reforçando composições socioespaciais distintas (ainda que, por vezes, sobrepostas).A relação entre *habitus* territorial (projeção de recortes espaciais baseado em um sistema de preferências, podendo se articular ao tempo de média duração) e práticas espaciais (efetivo uso e consumo do espaço urbano no plano do cotidiano), por parte dos sujeitos segregados e autossegregados, contribui com a expressão de tensos e distintos territórios urbanos, a partir dos quais, o processo de fragmentação socioespacial se origina.

Expressam-se em cada um desses territórios urbanos, conhecimentos socioculturais adquiridos e relações de pertença e que, por sua vez, articulam-se com um determinado sistema de atitudes e comportamentos ligados ao modo de uso e consumo do espaço urbano.A partir da análise do *habitus* territorial torna-se possível verificar circunstâncias, motivos e intencionalidades que levam os citadinos a realizarem determinadas práticas espaciais, em detrimento de uma série de outras práticas.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A partir de concepções de distintos estilos de vida e valoração diferenciada do espaço urbano - classificando-o de modo hierárquico a partir de sistemas de preferências individuais e/ou familiares (BOURDIN, 2005, p. 89, 96) e de julgamento que considera (mas também fomenta) estereótipos e perspectivas de estigmatizações socioespaciais - o *habitus* territorial, além de organizar e orientar a realização de determinadas práticas espaciais (práticas estas que, em geral, tendem a ser programadas, pontuais e, predominantemente, circunscritas a determinados setores da cidade [SALGUEIRO, 2001, p. 16]), também é retroalimentado por tais práticas e, nesse sentido, o *habitus* territorial pode ser reafirmado, atualizado ou, ainda, ser superado pela constituição de novos *habitus* territoriais.

O reforço a um *habitus* territorial vincula-se às regularidades/repetições de práticas espaciais específicas e a transitoriedade e/ou mudanças destas práticas tende a anunciar a constituição de novos *habitus* territorial. Guardados os elementos de imponderabilidades e da não rigidez do processo, o *habitus* territorial constitui-se como produto e condicionador das práticas espaciais.

Apoiando-se nas análises da noção de *habitus*, realizada por Bourdieu (2007; 1996) e Elias (1994) pode-se considerar que, mesmo em contextos de compartilhamento espacial, há uma tendência de que o afastamento socioespacial entre distintos grupos sejam reforçados, pois, como oposição e/ou indiferença aos demais grupos, os vínculos de solidariedade e de trocas de experiências e significados, tendem a ser mais intensas entre aqueles que, não apenas pertencem a um mesmo grupo social (INNERARITY, 2006, p. 58), mas também, compartilham e fomentam determinado *habitus* territorial.

No tocante aos espaços autossegregados, a proposta difundida desde o marketing imobiliário é a de que as famílias que moram nesse tipo de *habitat* urbano poderiam usufruir das benesses da contiguidade espacial estabelecida com os grandes equipamentos comerciais e de serviços, associada a um nível mais elevado segurança no espaço urbano (SOUZA, 2000, p. 197-199) e de "tranquilidade" – que se traduz, em parte, pelo processo de afastamento socioespacial com os possíveis incômodos, sobretudo, relacionados a contatos indesejáveis (DAL POZZO, 2011, p. 167-191).

Somando-se às considerações de Amendola (2000) e Góes (2011) em relação insegurança no espaço urbano, pode-se considerar que esta tem sido alimentada, cada vez mais, pela mídia, por relatos de terceiros e, em menor medida, por experiências pessoais.A insegurança – além de ser fomentada pela perspectiva de ideia de "violência como sujeito difuso" – também tende a exprimir elementos de uma "contra violência" (MISSE, 2006), na medida em que os citadinos não apenas têm condições de indicar em quais áreas

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

urbanas os níveis de insegurança são mais elevados, como também estabelecem um efetivo afastamento socioespacial com estas áreas ou porções de áreas. Trata-se da relação entre *habitus* territorial e práticas espaciais pautados pela dimensão da insegurança do espaço urbano. Tais áreas ou porções de áreas, como ressalta Reguillo (2005, p. 396, 400), têm identificação direta com os espaços segregados e, nesse sentido, mais do que imputar uma "contra violência" a esse tipo de *habitat* urbano, revelam-se aspectos relativos a uma efetiva estigmatização socioespacial.

Considerando que a veiculação discursiva envolta no tema de insegurança (em potencial) tende a ser muito maior que uma insegurança que, de fato, se efetiva (BORJA, 2003, p. 205), abre-se um conjunto de possibilidades para que processos de estigmatizações socioespaciais possam se reproduzir, com mais intensidade, junto aos espaços segregados.

Articulado a esses desdobramentos, novas expressões de centralidade urbana que valorizam a questão da segurança urbana, em especial, aquelas geradas pelos *shopping centers*, caracterizam-se pelo compartilhamento de espaços de consumo através de um conjunto de indivíduos e que se transmuta, em geral, em um ajuntamento de estranhos para "verem" e "serem vistos", e os encontros casuais realizados entre eles, em geral, efêmeros, tendem a proporcionar pouca abertura para que haja a construção de laços sociais mais duradouros (BAUMAN, 2001, p. 111-114, 122).

Contribuindo para promover a negação do direito à diferença e a suspensão da alteridade, os grandes equipamentos de consumo, em especial os *shopping centers*, oferecem a possibilidade de se encontrar com outros indivíduos orientados pelos mesmos propósitos (BAUMAN, 2001, p. 117-118) e guiados pela mesma lógica de conduta (PAIS, 2009, p. 124).

O desejo que se difundeé o de se isolar do restante da cidade (SOBARZO e SPOSITO, 2003), inclusive, em contextos de compartilhamento espacial.Tal argumentação é fundamental *"(...) na medida em que é preciso refutar a ideia de que possa haver, nos espaços urbanos latino-americanos, uma segregação ou uma fragmentação total de determinados grupos socioeconômicos na cidade"*. Tais processos tendem a se estabelecer considerando *"determinadas dimensões da realidade"* e que *"se expressam em detrimento delas"* (DAL POZZO, 2013).

Ademais, os contatos entre distintos segmentos sociais, em geral, tende a ocorrer na esfera de relações contratuais de trabalho, de compras de serviços e no contexto de compartilhamento espacial de determinadas porções da cidade.Tais contatos, no entanto, tendem a propiciar poucas aberturas para que se estabeleçam relações socioespaciais

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

mais amplas e duradouras, em termos de apreensão e reconhecimento das iniquidades socioespaciais[6] que coexistem na cidade (DAL POZZO, 2013).

Sobre as contiguidades e, sobretudo, às descontinuidades territoriais, a fragmentaçãoé social e espacial não apenas porque moradores de espaços autossegregados, raramente ou nunca frequentam determinados setores da cidade e/ou determinados tipos de *habitat* urbanos, em especial, os espaços segregados, mas porque, em geral, também se associa a essa prática de afastamento, discursos que justificam e alimentam processos de intolerância e de estigmatização socioespacial.

Além disso, no caso desses moradores serem os principais agentes da fragmentação socioespacial, a partir de práticas espaciais que revelam a desvalorização do espaço público e de serviços públicos em geral, cada vez mais diminuem as possibilidades de se estabelecer interesses comuns de um modo geral, como por exemplo, em torno da melhoria de equipamentos e serviços públicos prestados a toda coletividade da cidade. Como consequência, há uma tendência de que as iniquidades socioespaciais infligidas aos segmentos de menor poder aquisitivo, em especial, aqueles moradores de espaços segregados, sejam acentuadas (BOURDIN, 2005, p. 35-38).

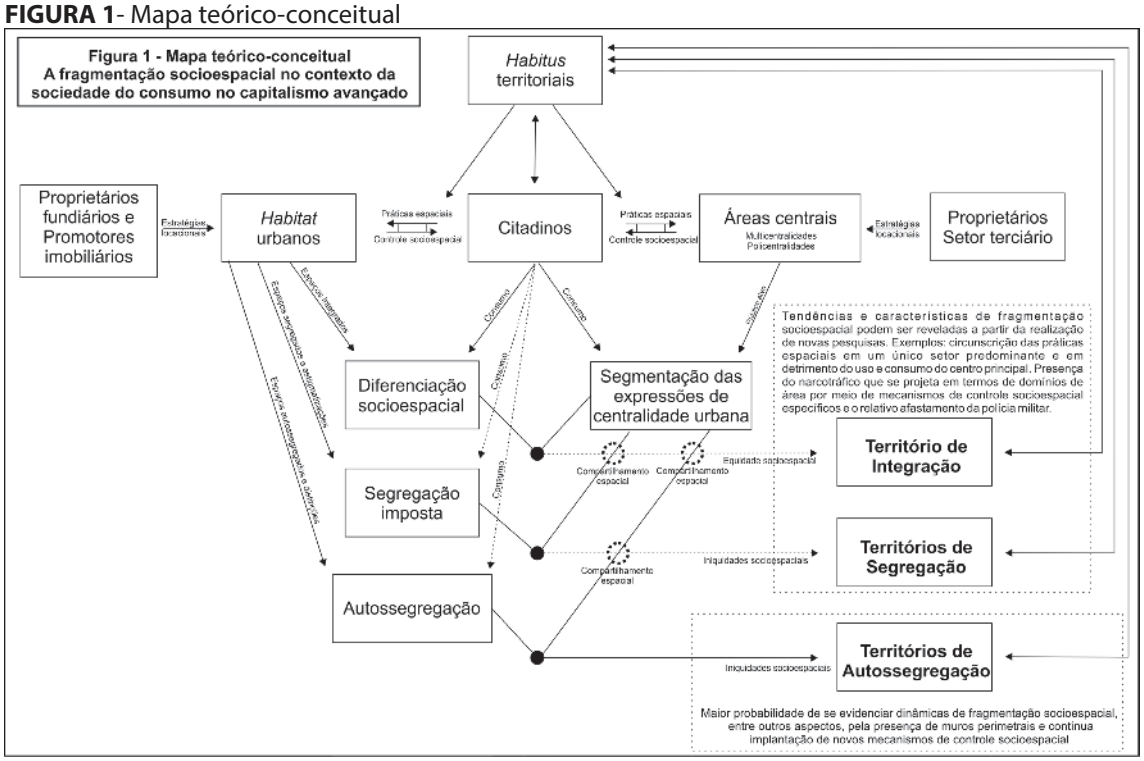
Imbricando-se *habitus* territorial e práticas espaciais efetiva dos citadinos, a difusão de territórios urbanos que se opõem, sejam eles justapostos, descontínuos e/ou, por vezes, sobrepostamente tensos nos casos de compartilhamento espacial (porém, capazes de contribuir com o processo de negação do direito à diferença e o aprofundamento das iniquidades socioespaciais) esboçam-se a composição da fragmentação socioespacial.

Como proposta de síntese apresenta-se, na Figura 1, o Mapa teórico-conceitual da fragmentação socioespacial, a partir do qual, demonstram-se as articulações relativas à tendência de segmentação socioespacial envolvendo a sociedade do consumoem desenvolvimento no contexto do capitalismo avançado.

[6] Com base nesses aspectos, as iniquidades socioespaciais podem ser assim redimensionadas e "revelam as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço" (SPOSITO, 2011, p. 129).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

FIGURA 1- Mapa teórico-conceitual

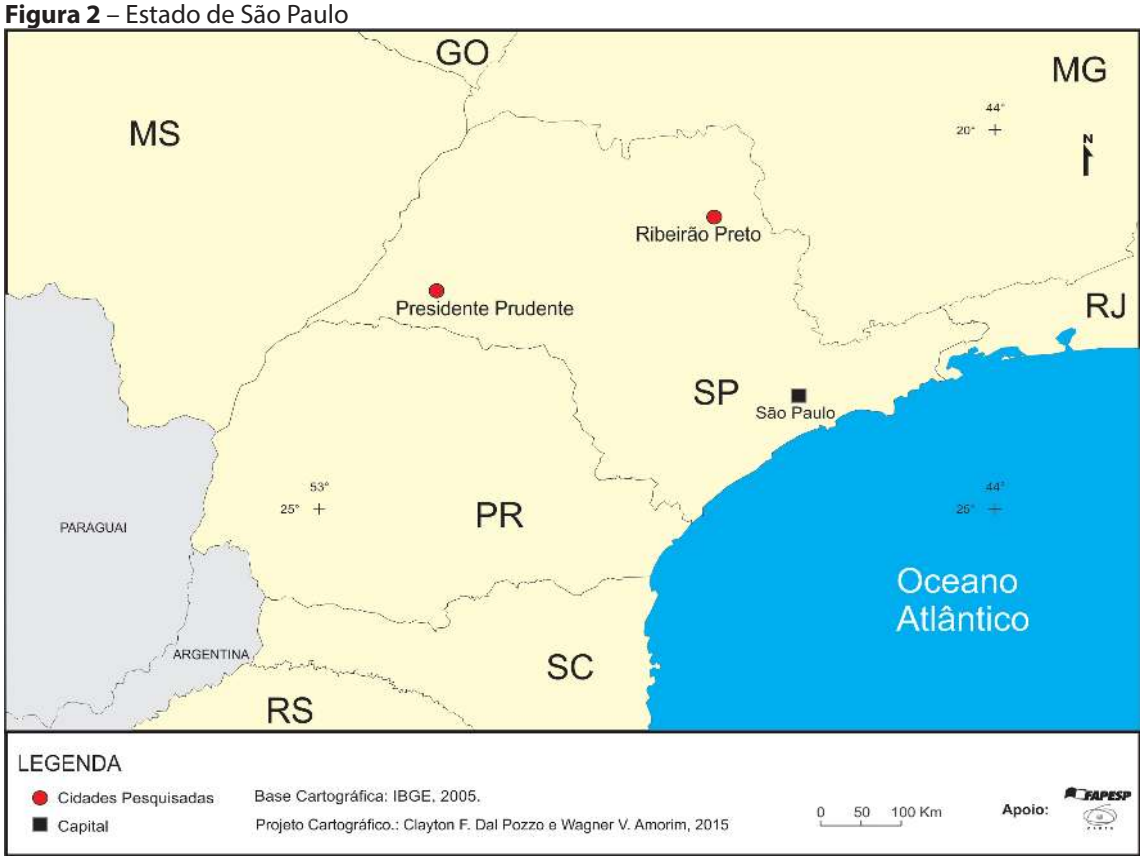


EXPRESSÕES DA FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL A PARTIR DA ANÁLISE DAS PRÁTICAS ESPACIAIS DOS MORADORES DE DISTINTOS HABITAT URBANOS

O estudo da fragmentação socioespacial em cidades médias no contexto da diversificação dos conteúdos do anel periférico deve levar em consideração que esse processo, em comparação com as cidades metropolitanas latinoamericanas, vem ocorrendo num grau de intensidade menor e a partir de ritmos próprios (SCHMIDT, 2003).Trata-sede trabalhar com a tese de que a tendência à fragmentação socioespacial não é exclusiva de cidades de padrões metropolitanos e, nesse sentido, sua complexidade e especificidades também tem sido alvo de pesquisas em cidades médias, como aquelas realizadas por Frediani (2003), Sposito (2006; 2007); Dal Pozzo (2008); Zandonadi (2008); Dal Pozzo e Sposito (2009); Dal Pozzo (2011); Magrini (2013) e Sposito e Góes (2013), podem atestar. Tendo em vista a realização de um estudo comparativo desse processo no Estado de São Paulo, foram escolhidas duas cidades que são de porte médio - por consequência do tamanho demográfico delas (apresentado na Tabela 1) - e que também se caracterizam como cidade média, sobretudo, pelos papéis de intermediação que exercem no contexto da rede urbana paulista e brasileira. São elas, Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 2 – Estado de São Paulo



Localização das cidades médias de Ribeirão Preto e Presidente Prudente

Tabela 1 – População urbana de Ribeirão Preto e Presidente Prudente

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Presidente Prudente	12.637	28.793	54.055	92.711	129.903	160.227	185.229	203.370
Ribeirão Preto	31.766	63.312	119.429	196.242	300.828	416.704	502.760	603.401

Fonte: *IBGE – Censos Demográficos.*
Org.: *Clayton F. Dal Pozzo, 2015.*

Em relação à pesquisa realizada em Ribeirão Preto e Presidente Prudente, ampliou a implantação e efetiva ocupação de espaços autossegregados no eixo sul de expansão dessas duas cidades médias, voltados a segmentos médios e de alto poder aquisitivo.

Em Ribeirão Preto, essas formas residenciais concentram-se além do Anel Viário Contorno Sul, até envolver o Distrito de Bonfim Paulista. Após o ano 2000 essa tendência se manteve, no entanto, foi expressivo o processo de ocupação dos vazios urbanos, em parte, decorrente da expressiva implantação de espaços autossegregados de pequeno

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

porte, voltados a segmentos médios e de alto poder aquisitivo, em áreas próximas, ou em contiguidade à pista norte do Anel Viário Contorno sul e na extensão de área compreendida entre as Avenidas Presidente Vargas e Maurílio Biagi.

Em Presidente Prudente, numa primeira fase de implantação, tais *habitat* urbanos concentraram-se no eixo mais imediato de expansão sudoeste, além do Córrego do Veado e a partir da implantação do Parque do Povo.Após o ano 2000, tenderam a se concentrar mais expressivamente no setor sul, além da Rodovia Raposo Tavares. Mais recentemente, também tenderam a se concentrar na porção noroeste, em direção ao Município de Álvares Machado.

Em relação ao eixo sul dessas duas cidades, este tem sido alvo de uma clara preferência pela implantação de grandes equipamentos comerciais e de serviços. Em Presidente Prudente, é nele que se localiza o Prudenshopping, o Parque Shopping Prudente e mais cinco supermercados, sendo que três deles são hipermercados associados a grandes capitais nacionais e internacionais.

Em Ribeirão Preto, além dos *Shopping centers* (Santa Úrsula, no Jardim Higienópolis e integrado ao Centro principal, Ribeirão Shopping, na Avenida Presidente Vargas, próximo ao Anel Viário Contorno Sul, e Novo Shopping a sudeste, contíguo à Rodovia Anhanguera) e hipermercados já implantados no eixo sul, também foi inaugurado, em setembro de 2013, o *Shopping center* "Iguatemi Ribeirão Preto"[7] e que, associado ao Megacomplexo imobiliário Vila do Golfe, foi construído além do Anel Viário Contorno Sul.

Em relação às novas expressões de multi e policentralidades de Ribeirão Preto após a implantação do Ribeirão Shopping no setor sul e suas sucessivas expansões - sendo que a última delas culminou com a inauguração (em setembro de 2013) do Shopping Iguatemi - diversos equipamentos comerciais e de serviços voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo tenderam a se instalar ao longo de algumas das principais avenidas que servem o setor sul.Ademais, há o Mercadão da Cidade, inaugurado em 2008, novas unidades de hipermercados dos grupos Savegnado, Carrefour e Pão de Açúcar e Extra, restaurantes sofisticados, concessionárias de veículos importados (ao longo das Avenidas Wladimir Meirelles Ferreira e João Fiusa) e novas unidades de agências bancárias que reúnem os correntistas com as maiores contas (FIGUEIRA, 2013, p. 135-138).

Com exceção dos espaços autossegregados Central Park Residence, Jardim Morumbi, Jardim João Paulo II, Village Damha e Parque Residencial Damha I, em Presidente Prudente, e com exceção dos espaços autossegregados localizados na Vila do Golfe e nos

[7] TESTA, Fernanda. Inauguração do Shopping Iguatemi amplia mercado de luxo em Ribeirão. G1 – Ribeirão Preto e Franca. 30 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/09/inauguracao-do-shopping-iguatemi-amplia-mercado-de-luxo-em-ribeirao.html

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

limites estabelecidos pelo Anel Viário Contorno Sul, em Ribeirão Preto, as concentrações de atividades comerciais e de serviços nas proximidades mais imediatas às portarias dos demais espaços autossegregados não são expressivas.

Entre 2013 e 2015 foi realizado um total de 95 entrevistas, dos quais 66 são moradores de Ribeirão Preto (Quadro 1) e 29 de Presidente Prudente (Quadro 2). As entrevistas relativas ao levantamento das práticas espaciais foram realizadas tanto no local de moradia, quanto no local de trabalho dos entrevistadosJá os locais de moradia aproximados dos entrevistados estão apresentados na Figura 3 (para Ribeirão Preto) e Figura 4 (para Presidente Prudente).

[>] Acesso em: 12 set. 2015.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Quadro 1 - Ribeirão Preto: Perfil dos entrevistados

	Habitat / Setor	Nome*, Gênero e Idade	Profissão	Situação Civil	Posição família	Renda aprox.	Nível Escolar	Local de Residência
1	EA / S	Alexandre/M/65	Industrial	Casado	Pai	50.000,00	EMC	Morro do Ipê
2	EA / S	Álvaro/M/47	Médico	Casado	Pai	15.000,00	ESC	Cond. Royal Park
3	EA / S	Armando/M/74	Adv. aposentado	Casado	Pai	15.000,00	ESC	Resid. Quinta do Golfe
4	EA / S	Bernardo/M/37	Eng. agrônomo	Casado	Pai	10.000,00	ESC	Cond. Jardim Botânico
5	EA / S	Breno/M/35	Anal. de sistemas	Casado	Pai	10.000,00	PG	C. Bosque das Colinas
6	EA / S	Bruno/M/61	Repres. comercial	Casado	Pai	10.000,00	ESC	Cond. Topázio
7	EA / S	Carlos/M/33	Biólogo	Solteiro	Só	6.000,00	PG	Cond. Recantos do Sul
8	EA / S	Célio/M/37	Exec. de vendas	Casado	Pai	5.000,00	PG	Cond. Recantos do Sul
9	EA / S	Cristiana/F/32	Professora	Casada	Mãe	5.000,00	ESC	Cond. Recantos do Sul
10	EA / S	Donizete/M/39	Comerciante	Casado	Pai	5.000,00	EMC	Cond. Recantos do Sul
11	EA / S	Denise/F/52	Dona de casa	Casada	Mãe	5.000,00	EMC	Cond. Nova Aliança Sul
12	EA / S	Douglas/M/49	Eng. Agrônomo	Casado	Pai	9.000,00	ESC	C. Cidade da Criança
13	EI / S	Ênio/M/21	Dir. de empresa	Solteiro	Filho	55.000,00	ESI	Av. João Fiusa (Apart.)
14	EI / S	Elisa/F/33	Médica	Solteira	Só	25.000,00	ESC	B. Santa Cruz (Apart.)
15	EI / S	Emerson/M/32	Comerciante	Casado	Pai	8.000,00	EMC	Jd. Califórnia (Apart.)
16	EI / S	Fábio/M/37	Ger. comercial	Solteiro	Filho	6.000,00	PG	Jd. N. Aliança (Apart.)
17	EI / S	Fernando/M/42	Comerciante	Casado	Pai	6.000,00	EMC	Jd. N. Aliança (Apart.)
18	EI / S	Francisco/M/52	Motorista	Solteiro	Só	2.500,00	ESI	Jd. Irajá
19	ES / N	Gabriela/F/24	Dona de casa	Amasiada	Mãe	1.200,00	EFI	Favela Jd. Aeroporto
20	ES / N	Gilda/F/36	Manicure	U. Estável	Mãe	1.600,00	EMC	Favela Jd. Aeroporto

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

	Habitat / Setor	Nome*, Gênero e Idade	Profissão	Situação Civil	Posição família	Renda aprox.	Nível Escolar	Local de Residência
21	ES / N	Helena/F/34	Gari e comerc.	Amasiada	Mãe	2.000,00	EFI	Favela Jd. Aeroporto
22	ES / N	Heloísa/F/27	Op. de caixa	Amasiada	Mãe	2.500,00	EMC	C. H. Adelino Simioni
23	ES / N	Hebe/F/37	Fiscal de caixa	Casada	Mãe	6.000,00	EFC	C. H. Adelino Simioni
24	ES / N	Iara/F/25	Operadora caixa	Solteira	Filha	4.500,00	EMC	C. H. Salgado Filho I
25	EI / N	Ivanildo/M/37	Pintor	Casado	Pai	2.000,00	EMC	C. H. Quintino Face II
26	EI / N	Isidoro/M/40	Vendedor	Casado	Pai	3.000,00	EMC	C. H. Quintino Face II
27	EI / N	Joel/M/34	Empresário	Casado	Pai	10.000,00	ESC	C. H. Quintino Face II
28	ES / NO	Juliana/F/77	Aposentada	Solteira	Mãe	1.000,00	S.E.	Alto do Ipiranga
29	ES / NO	Janaína/F/50	Dona de casa	Solteira	Mãe	1.100,00	EFI	Alto do Ipiranga
30	ES / NO	Kátia/F/63	Faxineira	Casada	Mãe	1.200,00	EFI	Alto do Ipiranga
31	ES / NO	Karen/F/23	Assist. financeiro	Solteira	Filha	2.000,00	ESI	Alto do Ipiranga
32	ES / NO	Lauro/M/26	Comerciante	Casado	Pai	2.500,00	EFI	Alto do Ipiranga
33	ES / NO	Larissa/F/63	Dona de casa	Casada	Mãe	2.000,00	EMI	Jd. Emir Garcia
34	EI / NO	Gilmara/F/24	Estudante Direito	Solteira	Filha	900,00	ESI	Jd. Eugênio Lopes
35	EI / NO	Letícia/F/55	Gari	Divorciada	Mãe	1.200,00	EFI	Jd. Dr. Paulo Gomes
36	EI / NO	Keila/F/35	Faxineira	Casada	Mãe	1.500,00	EFI	Jd. Orestes L. Camargo
37	EI / NO	Marcos/M/39	Montador	Casado	Pai	2.500,00	EMC	Jd. Orestes L. Camargo
38	EI / NO	Marcela/F/37	Autônoma	Solteira	Só	2.500,00	EFI	Ipiranga
39	EI / NO	Marília/F/19	Vendedora	Solteira	Filha	3.000,00	EMC	Jd. Presidente Dutra II
40	EI / NO	Nilo/M/52	Mototaxista	Casado	Pai	3.500,00	EMC	C. H. Joaquim Procópio

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

	Habitat / Setor	Nome*, Gênero e Idade	Profissão	Situação Civil	Posição família	Renda aprox.	Nível Escolar	Local de Residência
41	EI / NO	Nilson/M/47	Vendedor	Separado	Pai	4.500,00	EMC	Planalto Verde
42	EI / NO	Norberto/M/26	Vendedor	Solteiro	Filho	5.000,00	EMC	Geraldo C. de Carvalho
43	EI / NO	Osvaldo/M/39	Vendedor	Casado	Pai	5.000,00	EMC	Parque das Figueiras
44	ES / SO	Olga/F/52	Ajud. de cozinha	Casada	Mãe	700,00	EFI	Jd. Progresso
45	ES / SO	Orlando/M/35	Ajud. de pedreiro	Separado	Pai	1.000,00	EMI	Jd. Progresso
46	ES / SO	Paula/F/30	Serviços gerais	Casada	Esposa	1.100,00	EFC	Jd. Progresso
47	ES / SO	Pâmela/F/55	Comerciante	Casada	Mãe	1.500,00	EMC	Jd. Progresso
48	ES / SO	Patrícia/F/42	Comerciante	Casada	Mãe	2.000,00	EFC	Jd. Progresso
49	ES / SO	Quésia/F/27	Aux. de cozinha	Solteira	Filha	2.000,00	EFC	Jd. Progresso
50	ES / SO	Queila/F/18	Comerciante	Amasiada	Mãe	4.000,00	EMC	Jd. Progresso
51	ES / SO	Rafaela/F/18	Vendedora	Amasiada	Mãe	2.600,00	EMI	Jd. Maria da Graça
52	ES / SO	Renata/F/28	Comerciante	Casada	Mãe	4.000,00	ESC	Jd. Marchesi
53	ES / SO	Rodrigo/M/26	Op. Máq. / Atend.	Amasiados	Pais	2.100,00	EMC	Vila Guiomar
54	EI / SO	Sabrina/F/23	Promotora	Solteira	Filha	2.000,00	EMC	Parque Ribeirão Preto
55	EI / SO	Selma/F/36	Gari	Amasiada	Mãe	1.900,00	EFI	Parque Ribeirão Preto
56	EI / SO	Solange/F/48	Faxineira	Solteira	Mãe	1.500,00	EFI	Parque Ribeirão Preto
57	EI / SO	Tânia/F/54	Serviços gerais	Separada	Mãe	748,00	EMC	Parque Ribeirão Preto
58	EI / SO	Taís/F/29	Prom. de vendas	Solteira	Só	700,00	EMC	Parque Ribeirão Preto
59	EI / PC	Tiago/M/46	Médico	Solteiro	Filho	20.000,00	ESC	Sumarezinho
60	EI / PC	Úrsula/F/38	Gerente comercial	Divorciada	Filha	10.000,00	PG	Jd. Paulista (Apart.)

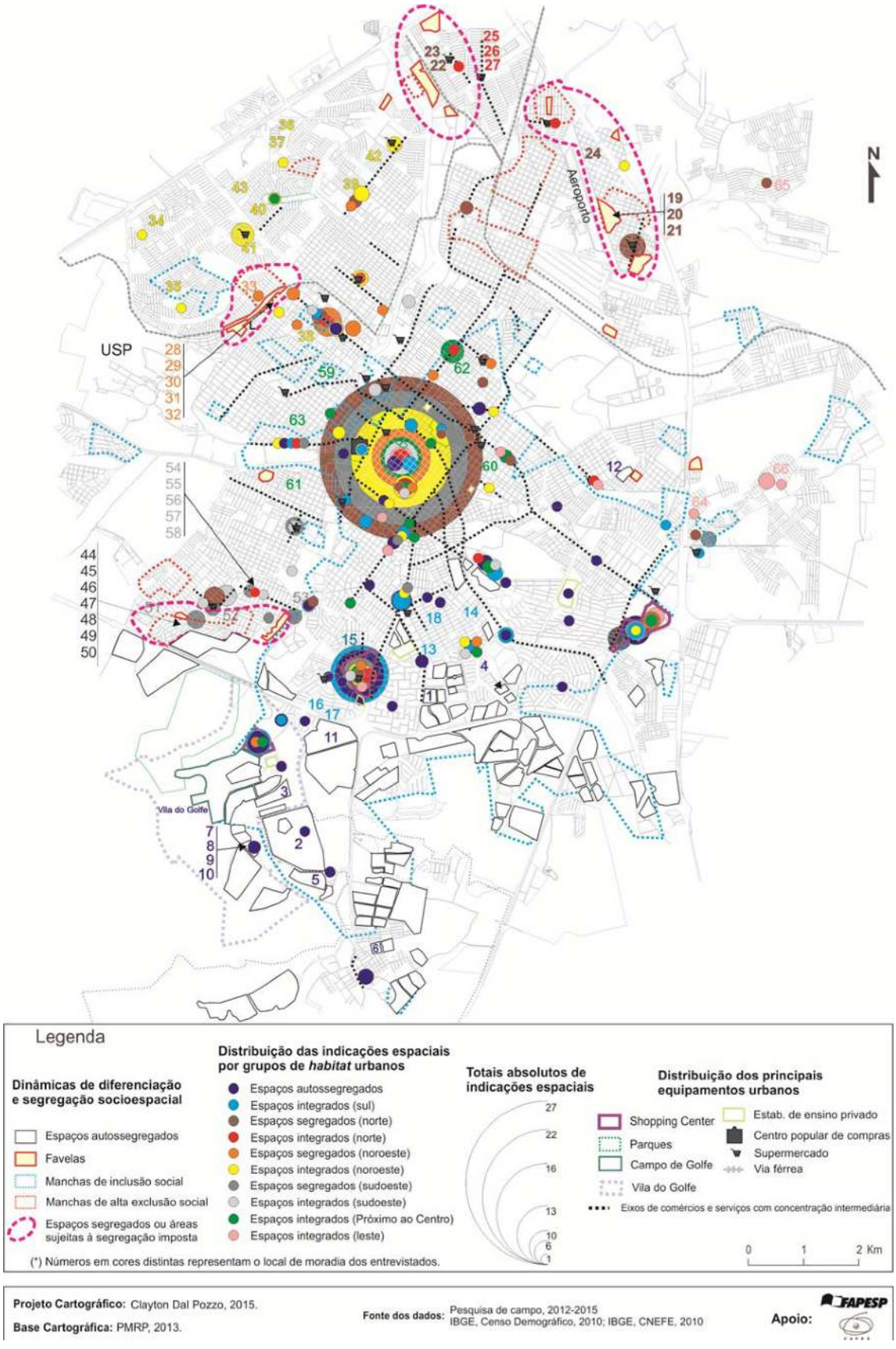
Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

	Habitat / Setor	Nome*, Gênero e Idade	Profissão	Situação Civil	Posição família	Renda aprox.	Nível Escolar	Local de Residência
61	EI / PC	Ubiratan/M/43	Vendedor	Casado	Pai	7.000,00	EMC	Vila Virgínia
62	EI / PC	Valdir/M/19	Vendedor	Solteiro	Filho	4.000,00	ESI	Campos Eliseos
63	EI / PC	Vicente/M/49	Mototaxista	Casado	Pai	1.800,00	EFI	Vila Tibério
64	EI / L	Valquíria/F/64	Gari	Divorciada	Só	1.200,00	EFI	Vila Abranches
65	EI / L	Valério/M/29	Aux. Produção	Amasiado	Pai	1.560,00	ESC	Ribeirão Verde
66	EI / L	Vilmar/M/39	Motorista	Divorciado	Pai	1.700,00	EFC	Parque São Sebastião

(*) Tendo em vista salvaguardar a identificação dos entrevistados, os nomes apresentados são fictícios.
EFI: Ensino fundamental incompleto; EFC: Ensino fundamental completo; EMI: Ensino médio incompleto; EMC: Ensino médio completo; ESC: Ensino superior completo; PG: Pós-graduação; S.E.: Sem escolarização; (EA) Espaços autossegregados; (ES) Espaços segregados; (EI) Espaços integrados; (PC) Próximo ao Centro principal.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013 – 2015; Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

FIGURA 3 - Ribeirão Preto. Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer, 2015



Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Quadro 2 - Presidente Prudente: Perfil dos entrevistados

	Habitat / Setor	Nome*, Gênero e Idade	Profissão	Situação civil	Posição família	Renda aprox.	Nível Escolar	Local de Residência
1	EA / S	Amanda/F/55	Corr. seguros	Casada	Mãe	17.500,00	ESC	Jd. João Paulo II
2	EA / NO	Anderson/M/36	Cons. tribut.	Casado	Pai	10.000,00	PG	Cond. Porto Seguro
3	EA / S	Benjamin/M/52	Eng. civil	Casado	Pai	8.000,00	PG	Pq. Res. Damha I
4	EA / NO	Bianca/F/43 Bento/M/43	Empresários	Casados	Pais	8.000,00	EMC	Cond. Porto Seguro
5	EA / S	Carla/F/53	Dentista	Casada	Mãe	5.000,00	ESC	Cond. Jd. Morumbi
6	EI / S	Camila/F/66	P. univ. apos	Casada	Mãe	18.000,00	PG	Jd. João Paulo II (Ap.)
7	EI / S	Diego/M/58	Gerente apos.	Casado	Pai	9.000,00	PG	Jd. Petrópolis
8	EI / S	Débora/F/43	Professora	Viúva	Mãe	8.000,00	PG	Vila Cristina
9	EI / S	Eliana/F/61	P. univ. apos.	Casada	Mãe	7.500,00	ESC	Parque Higienópolis
10	EI / S	Emília/F/24	Téc. Adm.	Casada	Mulher	3.500,00	ESC	Residencial Florenza
11	EI / OC	Fabrício/M/46	Prof. univ.	Casado	Pai	9.000,00	PG	Jd. Paulista
12	EI / OC	Fabíola/F/23	Est. pós-grad.	Solteira	República	1.300,00	ESC	Jd. Santa Helena
13	EI / OC	Gilson/M/32	Assist. adm.	Solteiro	Filho	1.100,00	ESC	Jd. Paulista
14	EI / OC	Graziela/F/25	Fisioterapeuta	Solteira	República	650,00	PG	Jd. Santa Helena
15	ES / N	Helen/F/31	Téc. Adm.	Casada	Mãe	1.100,00	EMC	Jd. Humberto Salvador
16	ES / N	Izadora/F/63	Dona de casa	Viúva	Mãe	1.600,00	EFI	Jd. Humberto Salvador
17	ES / N	Isabela/F/34 Iago/M/34	Dona de casa Gesseiro	Casados	Pais	2.000,00	EMC/FC	Francisco B. Galindo
18	ES / N	Jussara/F/58	Doméstica	Casada	Mãe	2.200,00	EMC	Jd. Morada do Sol

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

	Habitat / Setor	Nome*, Gênero e Idade	Profissão	Situação civil	Posição família	Renda aprox.	Nível Escolar	Local de Residência
19	ES / N	Juliano/M/58	Motorista	Casado	Pai	2.500,00	EFI	Jd. Morada do Sol
20	ES / N	Letícia/F/21 Luana/F/40	Manicure Dona de casa	Amasiada	Filha Mãe	2.500,00	EMC(F)	Jd. Humberto Salvador
21	ES / N	Márcio/M/42	Téc. Inform.	Casado	Pai	3.000,00	EMC	Jd. Humberto Salvador
22	EI / N	Mônica/42	Dona de casa	Casada	Mãe	1.200,00	EFC	Parque Alexandrina
23	EI / N	Natan/M/62 Neusa/F/53	Eletricista Dona de casa	Casados	Pais	3.700,00	EFC/FI	Parque Alexandrina
24	EI / N	Otília/F/50	Confeiteira	Casada	Mãe	5.000,00	EMC	Jd. Watal Ishibashi
25	ES / L	Olívia/F/29	Téc. Adm.	Solteira	Filha	1.100,00	ESC	Jd. Santa Mônica
26	ES / L	Paloma/F/44	Vendedora	Separada	Mãe	1.200,00	EFC	Vila Líder
27	ES / L	Pedro/M/40	Func. Público	Casado	Pai	4.000,00	EMC	Jd. São Bento
28	EI / L	Roberta/F/59	Aposentada	Casada	Mãe	2.000,00	EMI	Vila Brasil
29	EI / L	Sérgio/M/54 Tainá/F/42	Engenheiro civil Aux. enfermagem	Casados	Casal	7.200,00	ESC	Vila Brasil

(*) Tendo em vista salvaguardar a identificação dos entrevistados, os nomes apresentados são fictícios.
EFI: Ensino fundamental incompleto; EFC: Ensino fundamental completo; EMI: Ensino médio incompleto; EMC: Ensino médio completo; ESC: Ensino superior completo; PG: Pós-graduação.
(EA) Espaços autossegregados; (ES) Espaços segregados; (EI) Espaços integrados.
(OC) A oeste do Centro principal.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013 - 2015.
Org.: Clayton F. Dal Pozzo, 2015.

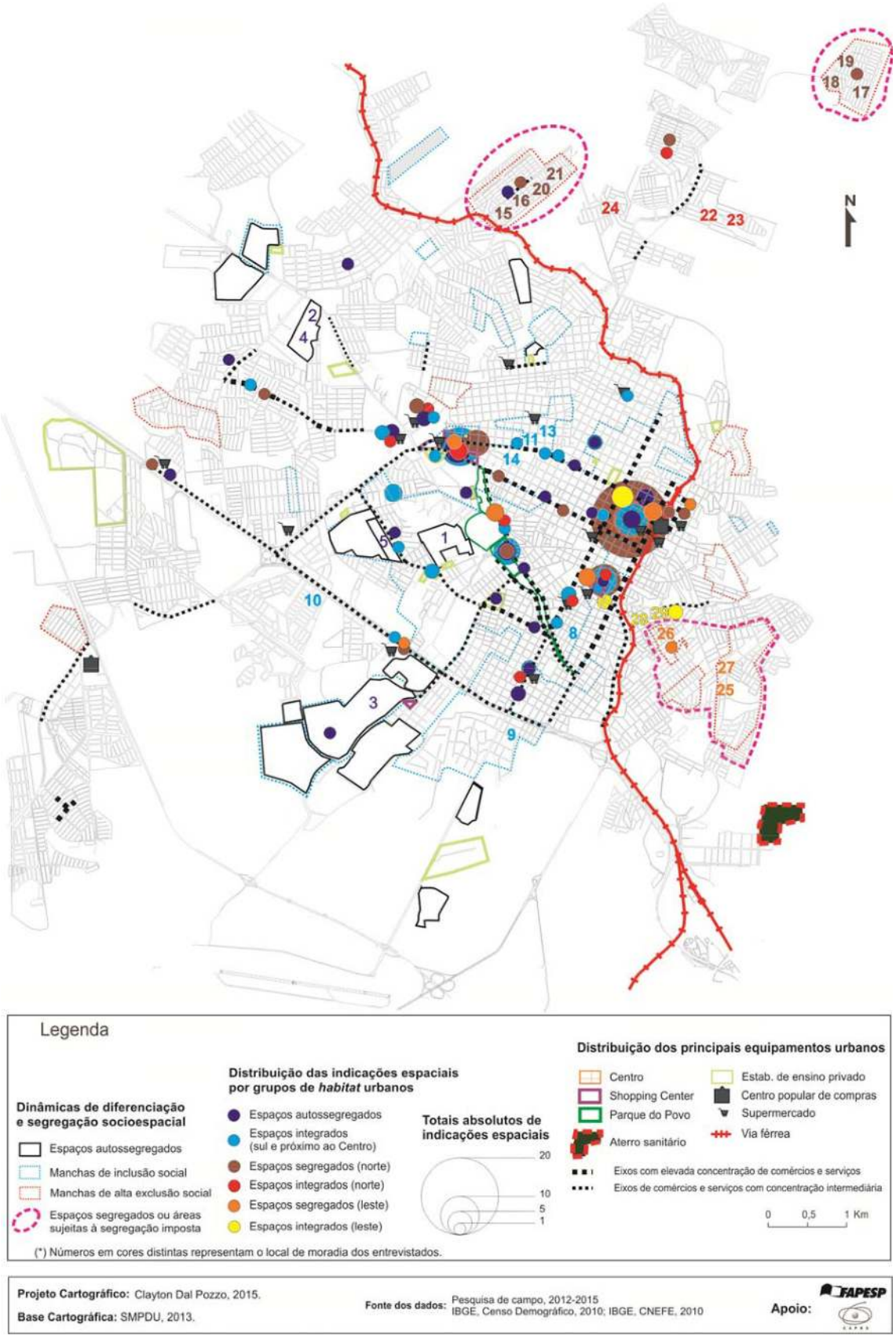
Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

De acordo com os objetivos da pesquisa, as entrevistas foram realizadas com moradores dos espaços autossegregados, espaços segregados e dos espaços integrados localizados, preferencialmente, em contiguidade aos dois primeiros tipos de *habitat* urbanos citados e desde que guardassem semelhanças com estes, tanto do ponto de vista do conteúdo socioeconômico predominante, quanto do padrão construtivo das habitações.Além disso, também foram realizadas entrevistas juntos a espaços integrados localizados em proximidade ao Centro principal. No caso de Presidente Prudente, tais locais também estabelecem certo grau de proximidade com o setor sul.

Já para a delimitação dos espaços segregados levou-se em consideração um conjunto de fatores. Em Presidente Prudente, a delimitação dos três espaços segregados justifica-se, em primeiro lugar, por se localizarem além da linha férrea, que é um dos principais elementos estruturadores do processo de segmentação socioespacial desta cidade média. Além disso, caracterizaram-se, inicialmente, a partir de programas municipais de desfavelamentos e lotes urbanizados com precários níveis de infraestrutura urbana.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

FIGURA 4 - Presidente Prudente. Práticas espaciais voltadas ao consumo de bens, serviços e lazer, 2015



Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A partir da análise dos microdados por setores censitários dos dois últimos Censos Demográficos do IBGE (2000 e 2010), essas áreas também se caracterizam por possuírem os mais elevados níveis de exclusão social, comparativamente aos demais setores.

Dois dos espaços segregados localizam-se no setor norte. O primeiro, relativamente mais integrado ao tecido urbano, estabelece-se a partir dos loteamentos Jardim Humberto Salvador e Conjunto Habitacional Augusto de Paula. O segundo, com expressiva descontinuidade territorial, delimitam-se a partir dos loteamentos Jardim Morada do Sol e Parque Residencial Francisco Belo Galindo. O terceiro localiza-se no setor leste e envolve diversos loteamentos, incluso o Jardim Santa Mônica, a Vila Líder e o Jardim São Bento, locais de moradia de nossos entrevistados.

Além da acentuada declividade da área na qual está esse espaço segregado, também há proximidade com o aterro controlado de Presidente Prudente em processo de desativação. Uma entre as consequências dessa proximidade é o não favorecimento à implantação de novos estabelecimentos comerciais e de serviços nesta área segregada, ao mesmo tempo em que também se intensificam as dinâmicas de estigmatização socioespacial.

Já em Ribeirão Preto, foram identificados quatro espaços segregados que também se caracterizam a partir de um alto nível de exclusão social, conforme análise dos Mapas de Inclusão e Exclusão social de 2010 baseados nos dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE.Além disso, tais espaços, além de possuírem habitações com padrões construtivos de popular a precário, também são representativos das principais áreas de favelização atualmente existentes.

A primeira delas, localizada no setor norte, envolve uma parcela do Conjunto Habitacional Adelino Simione e o conjunto de favelas que estabelecem contiguidade a esse conjunto habitacional.A segunda, também localizada no setor norte, porém, imediatamente a leste do Aeroporto Leite Lopes, estabelece-se a partir dos loteamentos Jardim Salgado Filho, Jardim Aeroporto, Parque Industrial Avelino Palma. Além disso, também envolve as favelas localizadas em contiguidade a esses espaços residenciais.O terceiro espaço segregado localiza-se no setor noroeste e, mais especificamente, em uma porção do Bairro Alto do Ipiranga e Jardim Emir Garcia. Tal área também envolve a Favela dos trilhos e a Nova Monte Alegre (antiga favela Monte Alegre – SBT).

O quarto espaço segregado localiza-se no setor sudoeste e envolve o Jardim Progresso e seu entorno mais imediato, de modo a abranger alguns conjuntos habitacionais e duas áreas de favelização (Núcleo João Sujo e Andradas). Trata-se, portanto, de uma perspectiva de análise da fragmentação socioespacial que não se restringe, tão somente, aos espaços autossegregados.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Com algumas exceções, as entrevistas foram organizadas por grupos de *habitat* urbanos setorizados (conforme Quadro 1 e Quadro 2), de modo a favorecer a comparação das práticas espaciais dos citadinos, representados nas Figuras 3 e 4.

Em Ribeirão Preto, foram definidos dez grupos que se distinguem por cores, assim distribuídos: dois grupos relativos aos espaços autossegregados (azul escuro) e espaços integrados do setor sul (azul claro); dois grupos de espaços segregados (marrom) e integrados do setor norte (vermelho); dois grupos de espaços segregados (laranja) e integrados (amarelo) no setor noroeste; dois grupos de espaços segregados (cinza escuro) e integrados (cinza claro) no setor sudoeste; um grupo de espaços integrados próximos ao centro (verde) e, por fim; outro grupo relativo aos espaços integrados do setor leste (rosa).

Em Presidente Prudente, foram organizados seis grupos. Enquanto o primeiro mescla entrevistas realizadas com moradores de espaços autossegregados do setor sul e noroeste (azul escuro), o segundo mescla entrevistas em espaços integrados do setor sul e localizados a oeste do Centro principal (azul claro).

Dois grupos de espaços segregados (marrom) e integrados (vermelho) localizam-se no setor norte e, por fim, outros dois grupos de espaços segregados (laranja) e integrados (amarelo) localizam-se no setor leste.As numerações da primeira coluna dos Quadros 1 e 2, às quais também se diferenciam por cores segundo cada grupo, identificam a localização da moradia do entrevistado, representadas na Figura 3, para Ribeirão Preto, e Figura 4, para Presidente Prudente.

Essa proposta de definição de grupos de *habitat* setorizados e que se distinguem por cores facilita, em grande medida, a análise das distribuições absolutas das práticas espaciais definidas, na perspectiva representacional das Figuras 3 e 4, como "indicações espaciais".

Comparando-se com os resultados da pesquisa realizada em Dal Pozzo (2008), as práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados do setor sul e noroeste, e dos moradores de espaços integrados, localizados no setor sul e a oeste do Centro principal, a tendência de fragmentação socioespacial em rede no espaço urbano de Presidente Prudente manteve-se, no entanto, reforçou-se um grau de concorrência mais expressivo com aquelas práticas espaciais realizadas no Centro principal[8].

Diante desta perda do prestígio social do Centro principal, trata-se de um consumo mais expressivo de uma abrangente área do setor sul, mas, que se pontuam mais

[8] Desse ponto de vista, não apenas retoma-se a dimensão das alterações de práticas espaciais, mas também, no que tange à perspectiva de mudança do habitus territorial, posto que não se trata apenas de indissociabilidade, mas também, de movimento relacional do par "práticas espaciais ⊠ habitus territorial".

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

expressivamente, desde o Prudenshopping e estabelecimentos comerciais e de serviços que circundam o Parque do Povo, até aqueles que se localizam ao longo das Avenidas Washington Luís, Manoel Goulart, Coronel José Soares Marcondes e Dr. Cyro Bueno (com continuação pela Avenida Luiz Cezário).

Com base nesses aspectos, há pontos de semelhança com aquela fragmentação socioespacial em rede que tende a se estabelecer em Ribeirão Preto a partir das práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados e integrados do setor sul, pois, além de contemplar a própria Vila do Golfe, também tende a envolver outras práticas espaciais realizadas no setor sul, sobretudo, em grandes equipamentos comerciais e de serviços e em trechos de alguns dos principais eixos comerciais e de serviços, em especial, nas Avenidas Presidente Vargas, João Fiusa e Independência.

Além do fomento às multicentralidades ao longo destas Avenidas, as práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados e de espaços integrados do setor sul de Ribeirão Preto, também tendem a contribuir, em maior medida, para fomentar aquelas policentralidades que se expressam a partir do Ribeirão Shopping e, em menor medida, do Shopping Iguatemi e Novo Shopping.

O consumo segmentado que se realiza nessas novas áreas centrais, representativas de multi e policentralidades e que se distribuem em pontos (tratando-se das localizações, sobretudo, de estabelecimentos comerciais e de serviços) de uma área mais ou menos abrangente do setor sul, reforça, portanto, a perspectiva reticular de uso e apropriação do espaço urbano à qual a fragmentação socioespacial tende a se estabelecer de modo mais preponderante.

No entanto, a fragmentação socioespacial nesta cidade média torna-se mais complexa que aquela que se processa em Presidente Prudente, na medida em que também se evidencia no contexto da implantação do Megacomplexo imobiliária "Vila do Golfe" no setor sul, uma fragmentação socioespacial por área que se circunscreve, predominantemente, dentro de uma porção relativamente reduzida do espaço urbano ribeirão-pretano[9].

Trata-se, mais especificamente, de espaços autossegregados contíguos ao Shopping Iguatemi, ao estabelecimento privado de ensino básico e pré-vestibular "Liceu Albert Sabin" e ao Supermercado Pão de Açúcar, associado à tendência de aumento das práticas espaciais dos sujeitos autossegregados que se circunscrevem, predominantemente, nesta respectiva área.

[9] Ainda que seja possível mantê-la, tal diferença de complexidade deve ser ponderada, na medida em que também se torna possível observar alguns indícios de fragmentação socioespacial por área no contexto de articulação entre os espaços autossegregados Jardim Morumbi e Central Park Residence e o eixo comercial e de serviços que compreende a Avenida Dr. Cyro Bueno, em Presidente Prudente.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Tais perspectivas de expressão da fragmentação socioespacial tem fomentado outro aspecto fundamental desse processo. Do ponto de vista do *habitus* territorial e da efetividade das práticas espaciais dos segmentos de mais alto poder aquisitivo, o Centro principal, embora mantenha a sua importância do ponto de vista simbólico e no que tange aos deslocamentos esporádicos para o consumo de bens e de serviços (ou, ainda, no tocante às jornadas de trabalho ao qual possam ser realizadas diária ou ocasionalmente nesta área central), tem sofrido uma tendência de acentuada perda de seu prestígio social.

Esta tendência se estabelece por consequência da ampliação das práticas espaciais voltadas ao consumo de produtos e serviços em geral, incluso, aqueles mais sofisticados, bem como, daquelas práticas espaciais relativas ao lazer, que se realizam, mais expressivamente, nos *shopping centers*e ao longo de alguns dos principais eixos comerciais e de serviços que se distribuem, predominantemente, no setor sul dessas duas cidades.

Em parte, a perda do prestígio do Centro principal justifica-se pela grande presença de pedestres, congestionamentos, falta de vagas de estacionamento, falta de infraestrutura, desconforto térmico, distância espacial etc.

Ademais, do ponto de vista dos depoimentos dos citadinos entrevistados, o Centro principal deixa de ser uma opção viável e, portanto, transmuta-se em um espaço de consumo não habitual.A tendência de falta de predisposição de práticas espaciais que poderiam ser realizadas no Centro principal e a preferência pelo consumo que se realiza ao longo de eixos viários e *shopping centers* tem promovidoalterações no tocante ao *habitus* territorial. Ademais:

> O aparecimento de novas áreas comerciais e de serviços, com destaque para os *shopping centers*, também contêm elementos que apontam para a fragmentação socioespacial, na medida em que esses estabelecimentos compõem centralidades que alcançam a escala interurbana, tanto porque atraem consumidores de outras cidades, quanto porque são ambientes em que prevalecem grandes capitais nacionais e internacionais, representados pelas franquias e pelas marcas que se globalizam. A superação do centro principal como o lugar de todos, como continente das práticas econômicas, políticas e sociais, em que as diferenças se defrontam, dificulta a compreensão da cidade como totalidade, sempre relativa, mas capaz de favorecer, em algum nível, identidades territoriais ou sentimentos de pertencimento a um dado espaço urbano (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 305).

Esses aspectosapontam para dinâmicas que acentuam a polarização "Centro principal – *shopping center*" uma vez que, do ponto de vista do efetivo consumo de bens e de serviços, a segmentação socioespacial acentua-se por meio da preponderância de práticas espaciais dos segmentos de médio a baixo poder aquisitivo que se realizam no Centro principal e, por outro lado, daquelas relativas aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo que se realizam em novas áreas centrais e, sobretudo, nos *shopping centers*.Os argumentos dos moradores de espaços autossegregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

maior poder aquisitivo, apontam que o Centro principal tende a ser retratado como um espaço obsoleto e pouco competitivo[10].

Tais aspectos relacionados aos *shopping centers* perspectivam a contínua reprodução da lógica do consumo, os quais se expressam por policentralidades e que, nesse sentido, respondem de modo mais satisfatório às crescentes e múltiplas necessidades dos citadinos, sobretudo, no que se refere à busca por mais praticidade envolvendo a vida cotidiana.

Pela perspectiva dos moradores de espaços autossegregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo, o afastamento do Centro principal também se dá em função de justificativas envolvendo desde práticas discriminatórias relativas à intensa aglomeração de citadinos, até à distância espacial desta área central em relação ao local de moradia atual.

Diante da maior dimensão de área ocupada por Ribeirão Preto, comparativamente à Presidente Prudente, as distâncias espaciais existentes nesta primeira cidade média tende a exercer maior poder de influência nas decisões relativas às escolhas dos locais de consumo.

Com maior impacto em Ribeirão Preto do que em Presidente Prudente, as relativas distâncias espaciais tendem a se transmutar em distâncias socioespaciais na medida em que se diminuem as possibilidades de contatos ocasionais entre diferentes segmentos sociais. Já no plano da análise das práticas espaciais e *habitus* territoriais, segundo os depoimentos dos moradores entrevistados, também ocorrem níveis mais acentuados de segmentação socioespacial, sobretudo, junto aos três maiores *shopping centers* de Ribeirão Preto e daqueles que se localizam em Presidente Prudente.

Em Ribeirão Preto e em Presidente Prudente verificam-se, por parte dos segmentos de maior poder aquisitivo, moradores de espaços autossegregados e integrados do setor sul (incluso, aqueles que moram em espaços integrados mais próximos ao Centro principal), um consumo mais acentuado no Ribeirão Shopping e no Prudenshopping e, em menor medida (mas com reflexos que se associam a um maior nível de exclusividade), no Shopping Iguatemi, localizado na Vila do Golfe, em Ribeirão Preto.

Por outro lado, o conjunto das práticas espaciais e depoimentos dos entrevistados revelam um maior nível de diversificação dos conteúdos socioeconômicos do Novo Shopping, em Ribeirão Preto, e do Parque Shopping Prudente, em Presidente

[10] Tratar-se-ia de uma área central pertencente há um tempo pretérito e segundo lógicas que se atualizaram pouco comparativamente aos novos eixos comerciais e de serviços e shopping centers. Ademais, os shopping centers comparecem comoespaços multifuncionais em sintonia com as mudanças provenientes da aceleração contemporânea e dotados de mecanismos de controle socioespacial, por meio dos quais se contemplam desejos por mais segurança.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Prudente, porém, com tendência de aumento da participação dos segmentos de mais baixo poder aquisitivo.

Em geral, porém, salvaguardando as devidas proporções e exceções, tais equipamentos urbanos voltam-se, cada vez mais a contemplar demandas de consumo - sobretudo, relativas ao lazer e, em menor medida, de bens e de serviços - mais expressivas, dos segmentos de médio a baixo poder aquisitivo, incluso, moradores de espaços segregados.

Em relação à distribuição das práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços em geral (incluso aquelas relacionadas ao lazer), há diferenças entre os espaços segregados e entre os espaços integrados, relativamente próximos a esses espaços segregados.

No que tange aos moradores dos espaços segregados do setor norte de Ribeirão Preto, a circunscrição de práticas espaciais voltadas ao consumo de bens e de serviços nas proximidades mais imediatas ao local de moradia tem sido pouco expressiva, por consequência de uma baixa oferta de estabelecimentos comerciais e de serviços.Níveis mais expressivos realizam-se apenas a partir da Avenida João Pessoa, na qual se estabelece como um pequeno eixo comercial e de serviços, localizado no Jardim Aeroporto, e ao longo da Avenida Magid Simão Trad, localizada no Conjunto Habitacional Adelino Simioni.Por consequência dessa carência, tornam-se expressivas aquelas práticas espaciais que se voltam ao consumo do Centro principal e de outras parcelas do espaço urbano.

Frente a essas dinâmicas mais específicas das práticas espaciais, os espaços segregados do setor norte não se caracterizariam por processos de fragmentação socioespacial.Por outro lado, a expressividade da atuação de narcotraficantes junto às favelas contíguas ao Conjunto Habitacional Adelino Simioni extrapolam os limites dessas respectivas favelas e envolvem grande parcela desse Conjunto habitacional.Esse domíniotem rebatimentos, tanto no plano de acordos tácitos entre narcotraficantes e moradores desse espaço segregado, além do relativo afastamento dos serviços prestados pela Polícia Militar.Trata-se, portanto, da substituição do poder de polícia pelo poder do narcotráfico, a partir do qual, em eventuais casos na área sob domínio (e segundo os depoimentos dos entrevistados), este poder do narcotráfico tende a se manifestar de modo violento[11].

Outros mecanismos de controle socioespacial também se manifestam nesta áreacomo o monitoramento de comportamentos e fluxos e que se voltam a garantir ofuncionamento das atividades ligadas à comercialização de substâncias psicoativas ilícitas o que, em certa medida, poder-se-ia apontar perspectivas de uma fragmentação socioespacial por área.

[11] Por outro lado - ainda que não citado pelos entrevistados, mas levado em consideração na pesquisa realizada por Feltran (2010) em realidades metropolitanas – não devem ser desconsideradas as possibilidades da Polícia Militar também agir com violência, sobretudo, quando esta se faz presente em espaços segregados.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

No entanto, tais perspectivas de fragmentação não se sustentam ao ponderar as diferenças entre as realidades metropolitanas (como aquelas existentes na cidade do Rio de Janeiro, retratadas por Souza [2006; 2008]) e uma cidade média do padrão de Ribeirão Preto, pois, não há elementos que apontem para o estabelecimento de áreas de domínio do narcotráfico funcionando como "subsistemas fechados" efetivos, inclusive, no espaço segregado que abrange o Conjunto Habitacional Adelino Simioni e áreas de favelização contíguas.

Em relação a um maior nível de dispersão das práticas espaciais dos espaços integrados do setor norte e do setor noroeste, também não se verificam, nesse sentido, processos de fragmentação socioespacial.Por outro lado, há indícios de processos de fragmentação socioespacial por área no setor sudoeste que se articulamno plano do espaço integrado Parque Ribeirão Preto e, em menor medida (tendo em vista, um consumo mais expressivo do Centro principal), do espaço segregado Jardim Progresso, sobretudo, por consequência de uma expressividade moderada de um conjunto de práticas espaciais que se realizam nos eixos comerciais e de serviços que se estabelecem ao longo das Avenidas Luzitana, Casper Líbero e Manoel Antonio Dias.

Em comparação com esses *habitat* urbanos, níveis mais acentuados de fragmentação socioespacial por área estabelecem-se em uma parcela do Bairro Alto do Ipiranga e Jardim Emir Garcia, além da Favela dos Trilhos e Nova Monte Alegre (antiga Favela Monte Alegre – SBT), a partir das quais se delimita o espaço segregado do setor noroeste.

No plano da distribuição práticas espaciais, trata-se do expressivo consumo que se realiza na Avenida Dom Pedro I, localizada no Bairro Ipiranga, ao longo da qual se estabelece como eixo de grande concentração e diversificação de estabelecimentos comerciais e de serviços e que se expressa com um acentuado nível de centralidade urbana.O expressivo consumo desse eixo estabelece-sede modo a concorrer com o conjunto das demais práticas espaciais que se realizam no centro principal.

Considerando as práticas espaciais dos moradores dos espaços integrados mais próximos ao Centro, e daqueles que estabelecem moradia no setor leste, não se favorece o estabelecimento de fragmentação socioespacial, dado o acentuado grau de distribuição das práticas espaciais no espaço urbano ribeirão-pretano.

Do ponto de vista da atuação do narcotráfico, a dinâmica de domínio de área também ocorre nos espaços segregados de Presidente Prudente, no entanto, com visibilidade e poder de influência menos expressivos do que aquele que se verifica no Conjunto Habitacional Adelino Simioni, de Ribeirão Preto.A menor expressividade de domínio de área também se baseia na constatação de que não há áreas de favelização em Presidente Prudente, a

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

partir do qual se poderia justificar um afastamento mais efetivo dos serviços públicos de segurança urbana, realizados pela Polícia Militar, ainda que não possa ser descartada a realização de possíveis acordos tácitos estabelecidos entre narcotraficantes e moradores, muito menos, em relação às possíveis conivências estabelecidas entre narcotraficantes e serviços de segurança pública estadual.

Esses aspectos, somado ao fato de que não há áreas de domínio do narcotráfico funcionando como "subsistema fechado" aos moldes das favelas do Rio de Janeiro, analisadas por Souza (2006, p. 489-490), tendem a contribuir pouco no que tange à explicitação de dinâmicas de fragmentação socioespacial nos espaços segregados de Presidente Prudente.

Ademais, por consequência de um baixo nível de concentração e diversificação de estabelecimentos comerciais e de serviços que servem ao consumo cotidiano dos moradores de espaços segregados e integrados localizadosalém da linha férrea, também não se favorece o estabelecimento da fragmentação socioespacial.Nesse sentido, o baixo nível de circunscrição das práticas espaciais nas proximidades mais imediatas ao local de moradia tende a ser acompanhado de um uso e consumo mais expressivos que se realizam em grandes equipamentos comerciais e de serviços (em maior medida, no Parque Shopping Prudente e, em menor medida, no Prudenshopping) e, sobretudo, no Centro principal. Trata-se, portanto, de uma circulação e apreensão mais abrangente que se realiza na escala da cidade.

Em função da praticidade de se desempenhar práticas de consumo ao longo de eixos viários e *shopping centers*, se o Centro principal comparece como espaço de consumo a ser evitado pelos segmentos de mais alto poder aquisitivo, para uma parcela dos moradores de espaços segregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo, esta área central tornou-se mais acessível, sobretudo, em decorrência de um aumento (ainda que transitório) do poder aquisitivo e do acesso ao transporte automotivo particular viabilizado, em parte, pela expansão de canais de financiamento automotivo.

Como estratégia que se impõe no tocante à busca pelo melhor preço, esse aumento do consumo que se realiza no Centro principal, salvo exceções (como no caso do espaço segregado do setor noroeste de Ribeirão Preto), também se processa em função de uma diminuição das práticas espaciais realizadas por esses moradores, nas proximidades mais imediatas ao local de moradia.

Também se asseveraque, dentro de uma lógica de segmentação socioeconômicaarticulada à racionalidade de otimização dos tempos, trata-se – do ponto de vista dos moradores de espaços autossegregados e de espaços integrados voltados aos segmentos de mais alto

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

poder aquisitivo – do recuo dos usos e do consumo da cidade (incluso, o consumo do Centro principal) em sua diversidade pela preponderância da circunscrição das práticas espaciais em um único setor predominante.Nesse sentido, a fragmentação socioespacial também pode estar presente a partir de uma parcela dos espaços integrados (sobretudo, aqueles voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo).

No entanto, é a partir dos espaços autossegregados que esse processo tende a se exacerbar, na medida em que os muros perimetrais, o controle de acesso e regras de um modo geral, impedem uma lógica de livre circulação e apropriação desses espaços o que, em grande medida, também não favorece o estabelecimento de contatos interpessoais mais duradouros entre os moradores desse tipo de *habitat* urbano e os demais citadinos não moradores.Corroborando com a perspectiva de espaço de Massey (2008, p. 109-110, 266) trata-se, portanto, de um maior fomento a uma esfera cotidiana de tensões envolvendo conectividades territoriais fechadas e que, portanto, distancia-se das possibilidades de uma conectividade relacional do espaço.Essas conectividades territoriais fechadas também emergem como oposição à coetaneidade do espaço, na medida em que não valorizam posturas de reconhecimento e respeito mútuos entre distintas trajetórias e necessidades dos citadinos, no contexto de seus direitos e apropriação plenos da cidade (MASSEY, 2008, p. 109-110, 266).Essa perspectiva, no entanto, não se estrutura a partir de uma visão idealizante ou de um retorno ao passado das cidades posto que, de fato, tais respeitos mútuos e uma produção equitativa da cidade nunca existiram.Trata-se de uma perspectiva que busca contribuir como orientação no tocante às proposições políticas que contemplem uma produção e apropriação mais integrada da cidade em sua diversidade.

Tais proposições políticas requerem, necessariamente, que se estabeleçam questionamentos e que se projetem modos ou meios de se superar a lógica de fragmentação socioespacial, a partir da qual se contemplam interesses de alguns grupos, em detrimento dos interesses dos demais citadinos, sobretudo, os mais pobres (incluso, aqueles que moram em espaços segregados).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva territorial da fragmentação socioespacial, sobretudo aquela que se realiza por meio das práticas espaciais dos moradores de espaços autossegregados e, em menor medida, de espaços integrados voltados aos segmentos de maior poder aquisitivo, reforça territorialismos permeados por indiferenças e desejos de distinção socioespacial que são

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

pouco condizentes a essas alternativas e que tem, como pano de fundo, a manutenção de iniquidades socioespaciais.

Como uma das consequências da manutenção dessas iniquidades, os custos de uma produção não equitativa do espaço urbano são socialmente arcados, mas, por outro lado, sua valorização diferenciada (e sendo acompanhada por um consumo cada vez mais segmentado), advinda deste mesmo modelo de produção não equitativa, é privadamente apropriada e, portanto, não resulta em benefício equanimemente apropriado pela coletividade da cidade.

Trata-se de afirmar que um dos aspectos que caracterizam as iniquidades socioespaciais baseia-seno poder de influência daqueles citadinos e/ou grupos sociais (incluso, os agentes de produção do espaço urbano e grandes proprietários que atuam no setor terciário) que, por já deterem um elevado nível de poder socioeconômico e influência política podem, efetivamente, interferir no processo de condução e direcionamento dos investimentos privados e públicos no espaço, de modo que suas demandas conjuntas e interesses particulares possam ser preponderantemente contemplados em detrimento das demandas dos demais citadinos menos favorecidos, sobretudo, aqueles que moram em espaços segregados[12].

Esse aspecto, somado aos *habitus* territoriais e práticas espaciais voltados ao consumo segmentado do espaço urbano (ambos permeados por mecanismos de controle socioespacial), contribuem para que as relativas distâncias espaciais entre os distintos segmentos sociais transmutem-se em distâncias socioespaciais e, portanto, com expressivos impactos nas relações de sociabilidade entre esses segmentos.

Nesse sentido, ampliam-se o estranhamento entre os setores que compõe o espaço urbano. Este estranhamento também se torna válido mesmo em contextos de compartilhamento espacial entre os distintos segmentos sociais.Pela dimensão política da produção da cidade, trata-se da premente necessidade de se delinear princípios que possam orientar o processo de proposição e condução de políticas públicas, pelas quais possam combater tais tendências de fragmentação socioespacial e suas consequências, em termos de manutenção de iniquidades socioespaciais no espaço urbano contemporâneo. Com base nisto, o contraponto à ideia de iniquidade (ou seja, a "equidade") tem por base o atendimento na proporção do necessário aos citadinos que, pelas suas diferenças, sobretudo socioeconômicas (com profundas disparidades, portanto, no contexto da formação socioespacial brasileira), não teriam as mesmas condições de suprir de modo equânime, suas necessidades relacionadas ao efetivo direito à cidade.

[12] Em outros termos, a iniquidade socioespacial estabelece-se na medida em que se possibilita dotar melhor os espaços da cidade que já são aqueles onde moram os privilegiados.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Do ponto de vista da produção habitacional e como confronto, contratendência e alternativa viável à atual complexidade e ampliação da segregação socioespacial e dos processos de fragmentação socioespacial, a diferenciação socioespacial - baseada em princípios de equidade socioespacial - pode se estabelecer como perspectiva viável voltada à (re)qualificação/superação de determinados *habitat* urbanos (pela via da superação de espaços segregados, bem como, através de questionamentos que contestem a expansão do processo de implantação de espaços autossegregados) e de determinadas práticas espaciais que valorizem, preponderantemente, o consumo segmentado, com a intencionalidade de promover um efetivo direito à cidade em sua diversidade reconhecendo-a no plano das distintas necessidades dos segmentos sociais.

Trata-se de um processo que visa o reestabelecimento pleno da continuidade territorial (ou da unidade territorial), expressivamente presente desde a constituição das primeiras cidades das quais temos notícias, mas que apresenta graus variados de ruptura (e expressando distintos territórios) na cidade contemporânea.

Trata-sede ampliar a inserção dos moradores dos espaços segregadosna dimensão política de produção da cidade, tanto no que se refere à produção habitacional que supere a lógica da segregação imposta (e/ou, ainda, de formas assemelhadas de autossegregação viabilizadas por políticas públicas habitacionais para atender demandas de moradia dos segmentos de médio a baixo poder aquisitivo), quanto no que tange - em oposição ao uso individual do automóvel particular - à implantação de transportes coletivos mais eficientes e acessíveis, por meio dos quais possam viabilizar uma maior dinamização dos fluxos entre as diversas porções do espaço urbano que se diferenciam, inclusive, proporcionando um maior nível de acessibilidade àqueles espaços de consumo predominantemente voltados aos segmentos de mais alto poder aquisitivo.

Em contrapartida, também se torna premente a necessidade de se implantar equipamentos urbanos de consumo coletivo, bem como estabelecimentos comerciais e de serviços de médio e grande porte, em áreas com grande concentração de espaços integrados voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo e, inclusive, estabelecendo proximidade ou contiguidade com os espaços segregados, por meio dos quais possam não apenas atender demandas de consumo de bens, de serviços e lazer desses segmentos, mas também, aquelas demandas dos segmentos de mais alto poder aquisitivo, incluso, os moradores de espaços autossegregados. Trata-se, portanto, da implantação de novas áreas centrais que visem o princípio da integração entre os diversos segmentos socioeconômicos.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

No que tange à retomada do prestígio social do Centro principal, sobretudo, por parte dos segmentos de mais alto poder aquisitivo, tendo em vista, maiores níveis de integração entre os diversos segmentos, trata-se da premente necessidade de requalificação desta área central, por meio da qual possa ser incorporada por novas lógicas socioeconômicas (orientadas pela oferta de maior número de estabelecimentos comerciais e de serviços também voltados às demandas de consumo dos segmentos de mais alto poder aquisitivo) e multifuncionais (com especial atenção à presença de equipamentos de consumo coletivo e estabelecimentos voltados ao lazer).

Com base nesses aspectos, esta requalificação deve ser capaz de reestabelecer o Centro principal como opção em relação a outras áreas centrais mais dinâmicas (e, portanto, condizentes aos atuais parâmetros de rapidez, de praticidade e comodidade), como os eixos comerciais e de serviços e, sobretudo, os *shopping centers*.

Esta ampliação de equipamentos de consumo coletivo e estabelecimentos comerciais e de serviços (que comparecem com o objetivo de proporcionar uma maior diversificação do conteúdo socioeconômico do Centro principal) também devem vir acompanhada de uma infraestrutura urbana e equipamentos urbanos em geral, mais adequados às prementes necessidades dos diversos segmentos socioeconômicos (banheiros públicos, bebedouros, estímulo à implantação de novos estacionamentos e projetos de arborização, rede Wi-Fi gratuita, estímulo ao uso do transporte coletivo, em detrimento do uso do automóvel, para o acesso ao Centro etc.).

Para a promoção dessas mudanças, entre outros aspectos, trata-se de um maior nível de atenção do poder público e do estabelecimento de parcerias voltados ao fomento da diversidade socioeconômica do Centro principal.

Com base nessas considerações, a valorização da dimensão política de produção do espaço urbano torna-se fundamental, na medida em que possa promover um maior nível de integração entre os distintos segmentos socioeconômicos, tendo em vista, o reconhecimento pleno da cidade em sua diversidade e necessidades, bem como em termos de superação das disparidades socioeconômicas e distâncias socioespaciais entre as diferenças.No escopo do reconhecimento (e das prementes necessidades de superação) das iniquidades socioespaciais em cidades médias, trata-se, nesse sentido, de algumas proposições que visam superar a lógica setorial urbana, por meio da qual os processos de fragmentação socioespacial tendem a se explicitar.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

REFERÊNCIAS

1. AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad postmoderna**. Madrid: Celeste, 2000.
2. BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
3. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
4. BORJA, Jordi. **La Ciudad conquistada**. Madrid: Alianza, 2003.
5. BORSDORF, Axel; DATTWYLER, Rodrigo Hidalgo. **Formas tempranas de exclusión residencial y el modelo de la ciudad cerrada en América Latina**. El caso de Santiago. Revista de Geografía Norte Grande. Santiago, Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, n. 32, p. 21-37, dez. 2004.
6. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.
7. _____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
8. _____. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
9. BOURDIN, Alain. **La metrópole des individus**. Éd. De l'aube, 2005.
10. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
11. CAPRÓN Guénola (org.). **Quand la ville se ferme**: quartiers résidentiels sécurisés. Paris: Éditions Bréal, 2006.
12. CARLOS, Ana Fani Alessandri. A construção de uma "nova urbanidade". In: SILVA, José Borzacchiello; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustódio Wanderley C. (org.). **A cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 199-212.
13. _____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur, 2007b.
14. CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. México: Siglo XXI, 1978.
15. CATALÃO, Igor de França. **Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial**: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba. Presidente Prudente, 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.
16. CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
17. DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Fragmentação socioespacial**: Análise práticas socioespaciais dos sujeitos auto-segregados em Presidente Prudente – SP, 2008. 215 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.
18. _____; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial e novas centralidades urbanas: análise do uso do solo urbano no entorno dos espaços autossegregados em Presidente Prudente - SP – Brasil. In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 12., Montevidéu: Easy Planners, 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area05/5161_DAL_POZZO_Clayton_Ferreira.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

19. _____. **Territórios de autossegregação e de segregação imposta**: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos. Presidente Prudente, 2011. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

20. _____. Análise das práticas espaciais em Presidente Prudente, Marília e São Carlos, no Estado de São Paulo. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina: Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos, 14, 2013, Lima – Peru. **Anais do XIV EGAL**. Lima – Peru: UGI, 2013.Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Clayton-Ferreira-Dal-Pozzo.pdf>. Acesso em: 25out. 2015.

21. ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

22. FELTRAN, Gabriel de Santis. Política e violência nas margens da cidade: um experimento político numa favela de São Paulo. **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro: NUTEP - UFRJ, n. 1, 2010. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2010/11/1p46-70.pdf >. Acesso em: 09 set. 2015.

23. FIGUEIRA, Tânia Maria Bulhões. **Produção social da cidade contemporânea**. Análise dos Condomínios Urbanísticos e Loteamentos Fechados de Alto Padrão do Subsetor Sul de Ribeirão Preto / SP. 2013,198 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, USP.

24. FREDIANI, Julieta. Fragmentación territorial y segregación residencial: el fenómeno de las urbanizaciones cerradas. **Estudios socioterritoriales**, n. 4, p. 81-105, dez, 2003.

25. GÓES, Eda Maria. Em busca do tempo perdido: contribuição ao estudo da cidade contemporânea: **Mosaico**, Goiânia, Universidade Católica de Goiás, v.2, n.2, p.165-174, jul./dez., 2009.

26. _____. Enfrentando a insegurança e fragmentando a cidade: cotidiano e representações sociais de moradores de loteamentos fechados de cidades médias do Estado de São Paulo. In: MARTINS, Sérgio (coord.). **Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 12., Belo Horizonte: SIMPURB, 2011. Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/a4db7ffa4396c046728c1bc769fbdaca.pdf >. Acesso em: 27out. 2015.

27. GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

28. HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

29. HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2003.

30. INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2006.

31. JANOSCHKA, Michael; GLASZE, Georg. Urbanizaciones cerradas: um modelo analítico. **Ciudades**. Puebla, México: RNIU, n. 59, jul-set, 2003, p. 09-19.

32. LANDINI, Tatiana Savoia; PASSIANI, Enio. Jogos habituais: sobre a noção de *habitus* em Pierre Bourdieu e Norbert Elias. In: **X Simpósio Internacional Processo Civilizador**, 2007, Campinas, SP. Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador, 2007.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

33. LOBODA, Carlos Roberto. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR**. Presidente Prudente, 2008, 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

34. MAGRINI, Maria Angélica. **Espaços de simulação**: Aspectos materiais e simbólicos da produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos em Buritama, Zacarias e Penápolis – SP. 2009. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT, UNESP.

35. MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

36. MISSE, Michel. A violência como sujeito difuso. In: FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (org.). **Reflexões sobre a violência urbana**: (In) Segurança e (Des) Esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 19-31.

37. PEREIRA, Sílvia Regina. **Percursos urbanos**: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade.Presidente Prudente, 2006. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

38. PREVOT-SCHAPIRA, MARIE-FRANCE; CATTANEO PINEDA, RODRIGO. Buenos Aires: La fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 34, n. 103, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612008000300004&lng=es&nrm=iso >. Acesso em: 05 nov. 2014.

39. RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

40. REGUILLO, Rossana. Ciudades y violências: Um mapa contra los diagnósticos fatales. In: _____; ANATIVIA, Marcial Godoy (Eds.). **Ciudades translocales**: Espacios, flujo, representación. Guadalajara, México: ITESO/SSRC, 2005, p. 393-412.

41. REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das artes, 2006.

42. RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito á cidade. **Cidades**. Presidente Prudente: GEU, vol. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

43. SALGUEIRO, Teresa Barata. **Lisboa, Periferia e Centralidades**. Oieiras, Portugal: Celta, 2001.

44. SARLO, Beatriz. **La ciudad vista**: Mercancías y cultura urbana. Buenos Aires: Siglo Veintiurno, 2009.

45. SCHMIDT, Margarita. Transformaciones recientes en una ciudad intermedia. El caso de Mendoza (Argentina). In: **Encuentro de Geografos de América Latina**, 9., Mérida, México: [s.n.], 2003. 1 CD-ROM.

46. SECCHI, Bernardo. A cidade contemporânea e seu projeto. In: REIS, Nestor; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta (coord.). **Dispersão Urbana**: Diálogos sobre pesquisas Brasil – Europa. São Paulo: FAO/USP, 2007, p. 111-139.

47. SOBARZO, Oscar; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanizaciones cerradas: reflexiones y desafíos. **Ciudades**. Puebla, México: RNIU, n. 59, p. 37-43, jul-set, 2003.

48. SOUZA, Marcelo Lopes. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

49. _____. **A prisão e a Ágora**: Reflexões em torno da democracia do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

50. _____. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

51. _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

52. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**. Dourados: AGB, n. 4, p. 71-85, 1996.

53. _____. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2004. 508 p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

54. _____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas, Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; _____; SOBARZO, Oscar (org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 175-197.

55. _____; GÓES, Eda Maria; SOBARZO, Oscar. **Urbanização difusa, Espaço público e (In) segurança urbana**. Projeto de pesquisa, FAPESP, 2006.

56. _____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 245(11), vol. 11, 1 ago. 2007b. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24511.htm >. Acesso em: 15 out. 2015.

57. _____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; _____ (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

58. _____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: _____; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

59. _____; GÓES, Eda Maria. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

60. ZANDONADI, Júlio Cesar. **Novas centralidades e novos *Habitat***: caminhos para a fragmentação urbana em Marília. Presidente Prudente, 2008. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

Artigo recebido em 24 de novembro de 2015.
Artigo aceito em 20 de dezembro de 2015.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X